

Acção Socialista

Nº 1229 - 12 Outubro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



NOVA LIDERANÇA NOVAS FRONTEIRAS

“Portugal precisa hoje de criação, de inovação e decisão. Portugal precisa de definir Novas Fronteiras”



Com a realização do Congresso de Guimarães o PS refundou a democracia dos partidos no nosso país. Pela primeira vez em Portugal os candidatos à liderança de um partido submeteram-se ao voto directo e universal dos militantes, depois de terem conduzido um debate público em que confrontaram as respectivas propostas.

O novo secretário-geral do PS, José Sócrates, foi sufragado por

36 mil votantes em eleições internas. Que contraste com o processo de nomeação, por conclave da nomenclatura partidária, de Santana Lopes para a presidência do PSD.

Ao mesmo tempo, o PS ganhou um novo impulso e definiu como objectivo imediato a convocação do fórum “Novas Fronteiras” para a intensificação do diálogo com a sociedade civil e a preparação da sua alternativa política e programática.

3 a 11

COMISSÃO NACIONAL

Eleitos novos órgãos em clima de unidade interna

15

PARLAMENTO

Seguro denuncia dupla fragilidade do Governo

13

CASO MARCELO

Episódio indigno de um país europeu

13

EDUCAÇÃO

Triste espectáculo da incompetência

12

17
OUTUBRO

**ELEIÇÕES REGIONAIS
AÇORES E MADEIRA**

Vote e mobilize

COM O GOVERNO À DERIVA, NOVAS RESPONSABILIDADES PARA O PS

1. O Partido Socialista tem uma nova liderança. Com a reunião da Comissão Nacional eleita pelo Congresso de Guimarães, finalizou-se o processo da escolha de todos os órgãos dirigentes. Este processo constitui uma verdadeira refundação do sistema de partidos na democracia portuguesa. Pela primeira vez na nossa história, a liderança de um partido foi decidida depois de uma disputa pública entre vários candidatos e moções de orientação geral e pelo conjunto dos militantes. 36.000 socialistas participaram na eleição directa do seu secretário-geral e dos delegados ao Congresso pelas diferentes moções. A representação de todas as correntes de opinião no debate político interno, a sua expressão em candidaturas distintas, a intensidade e a vivacidade da campanha e a enorme adesão dos militantes conferem uma clareza e uma legitimidade inquestionáveis à nova orientação política e à nova liderança. O PS saiu mais forte e mais unido do Congresso de Guimarães. Mais unido, porque construiu a unidade a partir da expressão da pluralidade das ideias e das propostas, e não através do seu silenciamento. Mais forte, face à opinião pública, porque esta viu desenrolar-se o debate a seus olhos e percebeu a mensagem de determinação e clareza que o PS quis transmitir. Entretanto, a disputa interna concluiu-se no Congresso. Não quer isto dizer que tenham desaparecido as diferenças de opinião no interior do Partido Socialista, ou que se vá passar uma esponja sobre os temas e as posições que dividiram as pessoas e os grupos. Mesmo que isso fosse possível (e sabemos todos que não é), não seria, em caso algum, desejável. Mas, como é típico destes processos — e constitui uma das suas grandes riquezas — as propostas apresentadas pelos vários candidatos acabaram por influenciar-se reciprocamente, de tal modo que se pode e deve dizer que elas se tornaram mais ricas no fim do debate do que o eram no seu início. O ponto principal não reside, portanto, nos aspectos internos do nosso partido, que continuará a distinguir-se pela pluralidade das opiniões e a vivacidade dos debates. O ponto está no nosso meio envolvente: a tarefa imediata tem de ser, agora, potenciar a nossa posição de alternativa política e governativa na comunicação com a sociedade civil e o eleitorado. É para os portugueses que o PS fala e é na comunicação com eles que o PS se deve concentrar.

Temos, hoje, uma agenda política de oposição à coligação de direita que as pessoas reconhecem sem qualquer ambiguidade ou dúvida: identificamos o falhanço da política económica e financeira de Durão Barroso e de Santana Lopes, denunciámos as promessas eleitoralistas por cumprir, confrontamo-los com as gravíssimas consequências sociais dos seus governos, estamos nos antípodas da contra-reforma social que os motiva, opomo-nos às tentativas de condicionar a opinião pública, controlar a comunicação social, minar a liberdade de expressão e crítica. Para que a agenda de oposição tenha sequência, o momento é de privilegiar uma agenda de proposição: construção de uma alternativa política, de uma nova plataforma programática e de uma nova aliança de forças sociais, a que o PS possa dar expressão e efectividade política. É este o sentido do Fórum Novas Fronteiras, que José Sócrates já lançou e terá o seu arranque no próximo 29 de Janeiro. O formato retoma uma feliz tradição, a de o PS chamar à colaboração personalidades e círculos independentes, dispostos a trabalhar connosco nessa nova plataforma. E introduz, como também é salutar, um elemento novo, que é o desafio de pensarmos, não sectorialmente, mas em função de problemas e bloqueamentos, que constituem outras tantas oportunidades, assim saibamos erguer, convocando diferentes ângulos de abordagem e recursos de diversas áreas, respostas globais.

2. O tempo é, pois, de novas responsabilidades para o PS. Ainda mais debate de ideias, ainda mais debate de propostas, ainda maior abertura social, ainda maior empenhamento político. É neste quadro que interpretamos a decisão da Comissão Nacional que reconduziu a direcção do "Acção Socialista" e a mandatou para estreitar a convergência entre o "Acção" e o "Portugal Socialista". No início de um novo mandato, ficam, pois, dois compromissos: o compromisso de manter e reforçar a imprensa do partido como instrumento de comunicação e informação entre todos; e o compromisso de imaginar novas formas de chegar a mais gente com melhores conteúdos e mais interesse. A realização destes compromissos depende também da cumplicidade crítica dos leitores. Quanto mais exigentes forem, maior será a motivação da equipa que trabalha no jornal.



AUGUSTO SANTOS SILVA

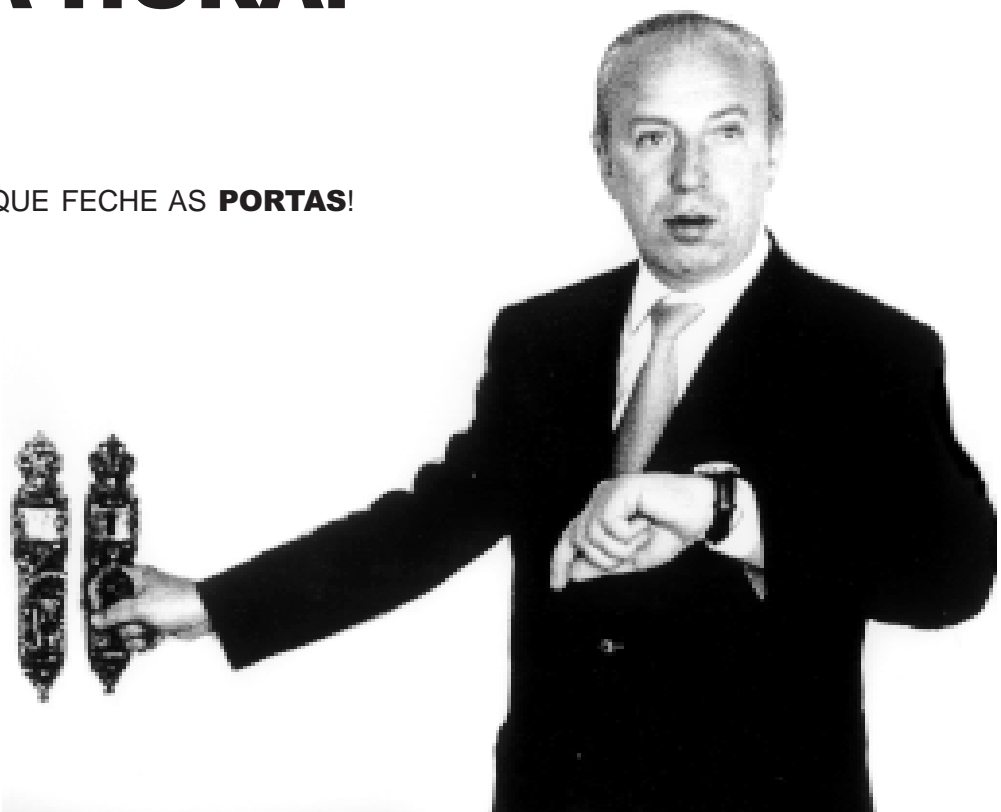
Augusto Santos Silva

A representação de todas as correntes de opinião no debate político interno, a sua expressão em candidaturas distintas, a intensidade e a vivacidade da campanha e a enorme adesão dos militantes conferem uma clareza e uma legitimidade inquestionáveis à nova orientação política e à nova liderança.

ESTÁ NA HORA!

ANTOONIO COLAÇO

— QUEM VIER A SEGUIR QUE FECHAS AS **PORTAS!**



SÓCRATES ANUNCIA FÓRUM “NOVAS FRONTEIRAS”



“Novas fronteiras”. Este o novo fórum do PS lançado por José Sócrates, aberto aos cidadãos independentes, para impulsionar “uma viragem política de fundo em Portugal”. No discurso com que encerrou o XIV Congresso do PS em Guimarães, o novo líder dos socialistas prometeu ainda vida difícil a este Governo “à deriva”, que já só tem como objectivo “aguentar-se no poder”. E avisou: “O PS está presente e está de volta”.

O Fórum “Nova Fronteiras”, cuja data de arranque foi fixada no dia 29 de Janeiro, é um “espaço de participação política e cívica” e de “abertura à sociedade portuguesa”, que visa relançar o espírito dos Estados Gerais, mas com “outro modelo”. Para esse grande debate, Sócrates convocou “todos os portugueses que estão disponíveis para construir um projecto de futuro para Portugal e para ajudar o PS a afirmar uma alternativa e a promover uma viragem política de fundo no país”, recolocando-o “no centro da mudança”. Segundo o pensamento do secretário-geral do PS, “ambicionar Novas Fronteiras é procurar o caminho para um modelo de desenvolvimento que rompa com o caduco sistema dos salários

baixos e da economia intensiva, para apostar no que conta na economia global: conhecimento, ciência, inovação, tecnologia”. Na sua intervenção, depois de evocar a memória de Sousa Franco, o líder socialista salientou que o Congresso “não durou apenas três dias. Durou três meses. Foi um bom debate, um debate rico e vibrante, que decorreu à vista de todos e que continuou em Guimarães”. E, acima de tudo, disse, “os portugueses puderam ver no PS, ao longo destas semanas, aquilo que nunca puderam ver em nenhum partido em Portugal”, ou seja, “à escolha directa feita pelos militantes, através do voto democrático e secreto, por sufrágio universal e directo”. “Eles escolheram uma estratégia. Eles

escolheram o caminho. Não tenho dúvidas que um dia todos os partidos serão assim”, declarou. E sublinhou que “o PS sai deste Congresso mais forte, mais unido”, mas também com a sua “identidade reforçada. Como um partido orgulhoso da sua história, fiel aos seus valores. Mas um partido virado para o futuro. O PS apresenta-se aos portugueses como um partido da Esquerda Moderna. Um partido atento à linguagem dos factos, com abertura às novas ideias e capaz de procurar novas soluções para os novos desafios do nosso tempo”. Mas, para além do efeito que teve no PS, Sócrates referiu que este Congresso teve consequências importantes na direita, já que “pôs o Governo verdadeiramente à beira de um ataque de nervos”, que “sente o chão a tremer-lhe debaixo dos pés”. É que, adiantou, a razão é simples, “o Governo dá-se conta que o PS está agora mais forte, mais motivado e mais forte. O PS está presente e está de volta”. Perante os cerca de 1500 delegados, o líder do PS reservou grande parte da sua intervenção no ataque cerrado às políticas e postura ao Governo da coligação PSD/PP, concluindo que “os portugueses sabem bem que o país está hoje muito pior do que estava há apenas dois anos e meio”. Para José Sócrates, “os portugueses já não se queixam só das promessas que o Governo não cumpriu, mas queixam-se cada vez mais daquilo que o Governo faz e se esqueceu de prometer”, dando como

exemplos os atrasos na colocação de professores, o desemprego, o congelamento dos salários da função pública e a introdução de portagens nas regiões do interior do país.

Caixinha de surpresas desagradáveis

“Este Governo é uma caixinha de surpresas, mas as surpresas são todas desagradáveis. O Governo não cumpre as suas promessas mas passa o tempo a fazer aquilo que escondeu aos portugueses nas últimas eleições legislativas”, lamentou. Sócrates criticou ainda a intenção do Executivo de direita de criar uma central de comunicação que “melhorasse a sua imagem” na Comunicação Social, afirmando que o problema do Governo “não é um problema de cosmética mas de políticas erradas, de objectivos falhados e, sobretudo, um problema de incompetência e de falta de estratégia para o futuro de Portugal”. “Este é um Governo à deriva, que governa sem rumo e sem programa, que um dia diz uma coisa e no mesmo dia diz outra. Já não é bem um Governo mas um conjunto desarticulado de ministros, que não se entendem”, disse. O ideal agora para um ministro “é sair na primeira oportunidade”, referiu, sublinhando que os “os incentivos são tentadores”, já que “para os ex-ministros menos bem sucedidos há sempre um lugar à espera numa empresa pública ou num banco. E um lugar com uma

reforma milionária”. Sempre muito aplaudido, Sócrates referiu que a afirmação do PS neste novo ciclo político começa já este mês, nas próximas eleições regionais, garantindo que estará na campanha com os socialistas dos Açores, “para defendermos a obra notável de Carlos César à frente do Governo Regional”, mas também na Madeira, ao lado de Jacinto Serrão, “para lutarmos pelo reforço da votação do PS, a bem da democracia e a bem do futuro dos madeirenses”.

Sim à Constituição europeia

Sobre o próximo referendo sobre a Constituição europeia, que considerou “um passo na direcção certa”, Sócrates reafirmou que os socialistas vão votar “sim” no referendo. “Vamos estar do lado que sempre foi o nosso, vamos estar do lado da Europa”, disse. É que, argumentou, “só o reforço da integração europeia pode fazer triunfar os valores europeus da defesa da esfera pública e do modelo social. Só o projecto europeu pode melhorar a economia europeia, aumentar a produtividade e reduzir a desigualdade nas nossas sociedades”. De realçar, entretanto, que na intervenção que efectuou na abertura do Congresso, o secretário-geral anunciou que o PS votará contra o Orçamento de Estado, caso o Governo não volte atrás na decisão de retirar os incentivos fiscais aos PPR, medida que penaliza sobretudo a classe média em Portugal.

SÓCRATES VENCE EM TODA A LINHA

O secretário-geral José Sócrates foi o vencedor incontestável do XIV Congresso do PS ao obter maiorias superiores a 80 por cento tanto para os órgãos nacionais do partido como para a moção que apresentou como primeiro subscritor. Após a vitória retumbante nas eleições directas para o lugar de secretário-geral, que venceu com o expressivo número de 80,1 por cento, a que correspondem 28.984 votos, José Sócrates logrou ainda, na eleição de delegados ao Congresso, obter uma folgada maioria. O secretário-geral do PS fez eleger pela sua moção 1199 delegados, enquanto a de Manuel Alegre se quedou pelos 145 e João Soares não foi além dos 27 delegados. A moção subscrita por Porfírio Silva apenas conseguiu a eleição de três representantes ao conclave socialista de Guimarães.

No Congresso, a moção de estratégia "Esquerda Moderna" arrecadou 951 votos (86,92 por cento) num universo de 1094 delegados votantes, contra os 143 votos da moção defendida por Manuel Alegre (13,8 por cento).

No sufrágio para a Comissão Nacional, órgão máximo do PS entre congressos, a lista do vice-presidente da Assembleia da República elegeu 46 dos 251 membros, com 208 votos que equivalem a 18,8 por cento, e o novo líder socialista elegeu 205 comissários, com 931 eleitores a seu favor, ou seja, 81,74 por cento dos votos introduzidos nas urnas.

Para a Comissão Nacional de Jurisdição, a lista de José Sócrates manteve os resultados acima dos 82 por cento, reunindo 944 votos, contra 205 somados pela lista de Manuel Alegre.

No que respeita à Comissão de Fiscalização Económica e Financeira do PS, os resultados mantiveram a tendência, com a lista de Alegre a conquistar 17,87 por cento dos votos (num total de 200), enquanto a de Sócrates assegurava 82,52 por cento (944 votos).

JOSÉ SÓCRATES

CONSTRUIR A ALTERNATIVA EM CLIMA DE UNIDADE INTERNA

Os socialistas estão "na linha da frente da mudança e da renovação", garante José Sócrates, para quem "a democracia portuguesa ficou com a certeza de que pode contar com o PS".

No primeiro discurso de vitória após a sua eleição como líder do partido com cerca de 80 por cento dos votos, Sócrates classificou o sufrágio interno de "votação histórica", em que "mais de 30 mil militantes fizeram uma escolha clara, quer para o seu secretário-geral, quer para a linha estratégica do partido". "Os militantes decidiram. Está decidido", afirmou, considerando-se "honrado" com a responsabilidade de suceder na liderança dos socialistas a Mário Soares, Victor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guterres e Ferro Rodrigues. Sobre a actualidade nacional, José Sócrates afirmou que a mudança política em Portugal começou com o encerramento do processo eleitoral dos socialistas, assegurando que "o Governo pode contar com uma oposição mais forte, mais enérgica, mais eficaz e que se afirmará pela apresentação de uma alternativa construtiva e credível".

No plano interno, o novo secretário-geral do PS saudou Manuel Alegre e João Soares, seus adversários na corrida à liderança do partido, apelando à preservação da unidade e pedindo-lhes que trabalhem com a sua direcção na construção de uma alternativa política ao Executivo de coligação PSD/CDS-PP.

Alegre felicita Sócrates

Por seu turno e afirmando que "em democracia ganha-se ou perde-se", Manuel Alegre considerou que José Sócrates obteve "uma grande vitória política". À sua candidatura, Alegre atribuiu o mérito pela forte participação dos socialistas nestas eleições — as mais participadas de sempre —, ao ter transformado "uma nomeação" num "debate controverso".

"A minha candidatura constituiu um serviço ao PS, à democracia e ao país. Ousámos enfrentar os interesses instalados e apresentámos soluções inovadoras", acrescentou, para depois elogiar a forma como se criou uma "estrutura nacional" à volta da sua candidatura em cerca de dois meses, grupo que, assegurou, "vai continuar a lutar activamente".

"Nada ficará na mesma", frisou, antes de advertir que a unidade do partido "só pode construir-se na pluralidade".

Soares reconhece vitória "retumbante" de Sócrates

Já Soares não hesitou em reconhecer a vitória "retumbante" de José Sócrates nas eleições, felicitando-o como "secretário-geral de todos os socialistas". "Só é derrotado quem desiste de lutar e eu nunca desisti de lutar em nenhuma circunstância", acrescentou, citando Jaime Cortesão.

Quanto ao seu futuro Soares disse que "em democracia não há situações impossíveis nem improváveis", embora tenha adiantado que, nos próximos tempos, estará "empenhado enquanto militante de base do PS em todas as batalhas que o partido travar para derrotar a direita".

O deputado socialista frisou ainda que o partido "estará unido em torno do secretário-geral" e manifestou a sua disponibilidade para trabalhar com Sócrates.

RESULTADOS FINAIS DA ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL

FEDERAÇÃO	INSCRITOS	TAXA DE PARTICIP.	MANUEL ALEGRE		JOÃO SOARES		JOSÉ SÓCRATES	
			VOTOS	%	VOTOS	%	VOTOS	%
ALGARVE	2.292	58,50%	358	26,80%	20	1,50%	957	71,70%
ÁREA URBANA LISBOA	11.769	55,70%	1.256	19,30%	498	7,70%	4.755	73,10%
AVEIRO	3.657	47,60%	362	20,90%	69	4,00%	1.304	75,20%
BAIXO ALENTEJO	1.398	43,80%	101	16,50%	46	7,50%	466	76,00%
BRAGA	9.235	40,50%	420	11,30%	72	1,90%	3.226	86,80%
BRAGANÇA	1.386	47,00%	122	18,80%	17	2,60%	510	78,60%
CASTELO BRANCO	1.194	67,50%	61	7,60%	3	0,40%	739	92,00%
COIMBRA	5.162	48,80%	493	19,70%	42	1,70%	1.969	78,60%
ÉVORA	803	51,80%	102	24,80%	19	4,60%	290	70,60%
GUARDA	1.080	45,40%	111	23,00%	13	2,70%	358	74,30%
LEIRIA	2.082	55,70%	227	19,70%	37	3,20%	888	77,10%
PORTALEGRE	1.143	46,80%	73	13,70%	11	2,10%	449	84,20%
PORTO	14.320	46,80%	716	10,70%	150	2,20%	5.804	87,00%
REGIONAL OESTE	730	53,40%	56	14,40%	13	3,30%	320	82,30%
SANTARÉM	2.140	49,40%	234	22,30%	42	4,00%	772	73,70%
SETÚBAL	4.613	48,60%	397	17,90%	215	9,70%	1.607	72,40%
VIANA DO CASTELO	2.100	40,70%	59	7,00%	39	4,60%	746	88,40%
VILA REAL	1.821	56,70%	101	9,80%	1	0,10%	926	90,10%
VISEU	2.564	49,30%	152	12,10%	10	0,80%	1.096	87,10%
ÁÇORES	3.050	30,70%	120	12,90%	32	3,40%	779	83,70%
MADEIRA	2.587	41,70%	120	11,20%	54	5,00%	898	83,80%
EMIGRAÇÃO	502	58,40%	52	18,60%	102	36,60%	125	44,80%
TOTAL	75.628	48,20%	5.693	15,70%	1.505	4,20%	28.984	80,10%

Comissão Nacional Eleitos pela lista de José Sócrates

1 Jaime Gama	62 Carlos Teixeira	119 António Galamba	180 Ana Paula Vitorino	33 Carolina Tito Morais
2 António Vitorino	63 Rui Lourenço	120 Maria Rebelo	181 Costa Velho	34 Luis Miranda
3 Jorge Coelho	64 Idália Moniz	60 Orlando Gaspar	182 Luís Marinho	35 Nuno Almeida
4 Carlos César	65 José Miguel Medeiros	61 Joana Lima	122 Miguel Fontes	36 Rosa Maria Pita
5 António Costa	66 Laurentino Dias	62 Carlos Teixeira	123 Castro Fernandes	37 José Carlos San Bento
6 Edite Estrela	67 Bernardo Trindade	63 Rui Lourenço	124 Glória Araújo	38 Albano António Sousa Varella Silva
7 Francisco Assis	68 Nelson Carvalho	64 Idália Moniz	125 Domingos Quintas	39 Maria Tereza Sá Melo Freitas
8 António Campos	69 José Apolinário	65 José Miguel Medeiros	126 Emídio Xavier	40 Jorge Silva
9 Maria Amélia Antunes	70 Andreia Cardoso	66 Laurentino Dias	127 Vasco Franco	41 António Joaquim Pires da Silva
10 Alberto Costa	71 Arons de Carvalho	67 Bernardo Trindade	128 José Luís Carneiro	42 Luísa Portugal
11 Joaquim Raposo	72 Eduardo Cabrita	68 Nelson Carvalho	129 Rui Pedro Soares	43 António Mota Prego Faria
12 Maria Carrilho	73 Elisabete Lemos	69 José Apolinário	130 Fernando de Jesus	44 António Farinha
13 António Reis	74 Barbosa Ribeiro	70 Andreia Cardoso	131 Francisco Leal	45 Carla Alves
14 João Prouença	75 Nuno Freitas	71 Arons de Carvalho	132 Cláudia Santos	46 Jorge Ginja
15 Maria da Luz Rosinha	76 Profetina Conceição Dinis	72 Eduardo Cabrita	133 José Lemos	
16 Carlos Lage	77 José Mota	73 Elisabete Lemos	134 Nelson Correia	
17 Sérgio Sousa Pinto	78 Rui Oliveira e Costa	74 Barbosa Ribeiro	135 Maria Helena Barreira	
18 Leonor Coutinho	79 Rosalina Martins	75 Nuno Freitas	136 José Ernesto de Oliveira	
19 José Lello	80 António Martinho	76 Profetina Conceição Dinis	137 João de Almeida Santos	
20 José Lamego	81 Joaquim Couto	77 José Mota	138 Fernanda Rocha	
21 Maria Antónia Almeida Santos	82 Monique Rodrigues	78 Rui Oliveira e Costa	139 Pedro Farmhouse	
22 Capoulas Santos	83 Carlos Santos Ferreira	79 Rosalina Martins	140 António dos Reis Marques	
23 Vitalino Canas	84 Fernando Serrasqueiro	80 António Martinho	141 Carla Silva	
24 Helena Torres Marques	85 Jacira Fonseca	81 Joaquim Couto	142 Henrique Ferreira	
25 Correia de Campos	86 José Rondão de Almeida	82 Monique Rodrigues	143 José Ribeiro	
26 Joaquim Pina Moura	87 Sérgio Ávila	83 Carlos Santos Ferreira	144 Ildalina Trindade	
27 Custódia Fernandes	88 Eurídice Pereira	84 Fernando Serrasqueiro	145 Álvaro J.G. Pedro	
28 Mesquita Machado	89 M. Isabel Sena Lino	85 Jacira Fonseca	146 Fernando Gomes Rodrigues	
29 Jacinto Serrão	90 Armando França	86 José Rondão de Almeida	147 Horácia Pedrosa	
30 Cândida Cavaleiro Madeira	91 Carla Sousa	87 Sérgio Ávila	148 Luís Carito	
31 Pedro Silva Pereira	92 Sérgio Paiva	88 Eurídice Pereira	149 João Paulo Santos	
32 Miralinda Calha	93 Luís Almeida	89 M. Isabel Sena Lino	150 Vítor Freitas	
33 Celeste Correia	94 Maria Helena André	90 Armando França	151 José Correia da Luz	
34 Armando Vara	95 Joaquim Morão	91 Carla Sousa	152 Orlando Soares Gaspar	
35 Fernando Gomes	96 João Serrano	92 Sérgio Paiva	153 Fátima Campos	
36 Jamila Madeira	97 António Borges	93 Luís Almeida	154 Henrique Lopes Fernandes	
37 Miguel Coelho	98 Maria do Carmo Sequeira	94 Maria Helena André	155 José Matos Leitão	
38 Marcos Perestrello	99 Eduardo Brito	95 Joaquim Morão	156 Romana Romão	
39 Maria de Lurdes Ruivo	100 Júlio Henriques	96 João Serrano	157 Renato Leal	
40 Renato Sampaio	101 Luís Milheiro Vilar	97 António Borges	158 Artur Penedos	
41 Carlos Zorzinho	102 Ricardo Bevila	98 Maria do Carmo Sequeira	159 Inácia Odete Azevedo	
42 Otília Areal	103 Isabel Vigia Almeida	99 Eduardo Brito	160 Jaime Leandro	
43 Victor Baptista	104 Fernando Rocha Andrade	100 Júlio Henriques	161 João Cunha	
44 Mário de Almeida	105 Joel Hasse Ferreira	101 Luís Milheiro Vilar	162 Ana Maria Feijó	
45 Elisa Carvalho	106 Jorge Catarina	102 Ricardo Bevila	163 Fernando Peixinho	
46 António Magalhães	107 Erlicia Costa	103 Isabel Vigia Almeida	164 Afonso Abrantes	
47 Carlos Candal	108 Carlos Santos	104 Victor Baptista	165 Carla Celina Pacheco	
48 Dias Balista	109 Luís Vaz	105 Mário de Almeida	166 José M. Carpinteira	
49 Ângela Pinto Correia	110 Francisco Ferreira	106 Elisa Carvalho	167 António Paiva	
50 Horácio Antunes	111 Palmira Reis	107 Erlicia Costa	168 Santos Oliveira	
51 Alberto Souto	112 José M. Rosa do Egípto	108 Carlos Santos	169 Paulo Caldas	
52 Fernanda Almeida	113 Jorge Bento	109 Luís Vaz	170 Ana Maria Ferreira	
53 Rui Solheiro	114 Luís Nazaré	110 Francisco Ferreira	171 Afonso Lobão	
54 António Braga	115 Maria Albertina Jorge	111 Palmira Reis	172 Carlos Cabral	
55 Carla Tavares	116 Jorge Rosendo Gonçalves	112 José M. Rosa do Egípto	173 Jorge Videira	
56 Nuno Cardoso	117 Palmira Maciel	113 Jorge Bento	174 Fernanda Maria Freitas Dias	
57 Miguel Ginestral	118 Antero Gaspar	114 Luís Nazaré	175 Emanuel Martins	
		115 Maria Albertina Jorge	176 Maria Flora Silva	
		116 Jorge Rosendo Gonçalves	177 Natália Maria Conde	
		117 Palmira Maciel	178 Paulo Campos	
		118 Antero Gaspar	179 Luis Lopes	

Comissão Nacional de Jurisdição Eleitos pela lista de José Sócrates

1 António Ramos Preto
2 Roque Lino
3 Alzira Serrasqueiro
4 Paulo Penedos
5 Nuno Godinho de Matos
6 Susana Amador
7 António Silva Reis
8 Francisco Ribeiro
9 Paula Cunha Alves
10 Vítor Manuel Pinheiro Pereira
11 Jacinto Leandro
12 Rita Madeira
13 João Santos

Eleitos pela lista de Manuel Alegre

1 José Magalhães
2 João Pedroso

Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira Eleitos pela lista de José Sócrates

1 Mário Lino Soares Correia
2 Mário Lourenço
3 Ana Paula Novo
4 José Cabeças
5 Fernando Carvalho
6 Ana Paula Enes Moraes
Eleito pela lista de Manuel Alegre
1 José Torres Campos

ESQUERDA MODERNA

GAMA ASSUME ESTRATÉGIA PARA UM NOVO CICLO POLÍTICO

É crucial aprovar uma “estratégia de longo prazo”, afirmou peremptório Jaime Gama aos delegados do XIV Congresso socialista, ao apresentar a moção “Esquerda Moderna, cujo primeiro subscritor é José Sócrates.

“Queremos que este congresso trace toda a linha política para o ciclo político até ao próximo congresso”, afirmou, sublinhando de seguida que “chegou a hora da decisão sobre a linha política do PS”.

Definindo o encontro de Guimarães como “o congresso da clarificação política sobre a estratégia do PS”, Gama salientou várias vezes a necessidade de o partido ser “de toda a sociedade” e de se voltar para a acção mais do que para a crítica, enquanto principal força da oposição que aspira a ser poder nas próximas legislativas.

E para vencer o país, segundo Jaime Gama, é preciso reformar o partido. A este propósito declarou: “O PS não é um fim em si mesmo. A sua razão de ser, da sua história, da sua identidade e sobretudo do seu futuro é ser um instrumento de mudança”.

Para Jaime Gama, os socialistas têm de ser “capazes de pensar, mas também capazes de agir, de criticar, de propor, de sonhar, mas também de governar”



afirmou, defendendo, conseqüentemente, que “os portugueses olham para o PS como o seu único instrumento político para a formação de um novo Governo com novas escolhas e novas políticas” e de “trazer de novo a esperança ao país”.

Após ter afastado eventuais coligações com o PCP e o Bloco de Esquerda, porque seriam “entendimentos precários sem base política”, o deputado do PS considerou que “qualquer apoio parlamentar nunca pode defraudar ou ser contraditório com o programa do PS sufragado pelos eleitores”.

Gama disse que estes partidos “devem ser questionados”, nomeadamente “sobre

as posições políticas que têm em matéria de economia, segurança e defesa e sobre a Europa”.

Quanto à orientação estratégica do Estado, o dirigente socialista entende que este “não pode ser o padrão anónimo da política democrática”, pelo que no âmbito da sua reforma é preciso assegurar “um serviço público que coloque a prioridade na defesa dos utilizadores, consumidores, utentes”, apontando duas áreas onde as mudanças são essenciais: a Educação e a Saúde.

Ainda como propostas políticas para país, Gama explicou que a moção “Esquerda Moderna” faz ponto de honra no plano tecnológico (com vista a cumprir a Estratégia de Lisboa), nas políticas sociais, na modernização das empresas e sua internacionalização adequada, numa nova estratégia económica nacional, num reforço das políticas da igualdade (com a retoma da luta pelo referendo pela descriminalização do aborto), na afirmação de Portugal na Europa e no mundo, na irradiação da língua e cultura portuguesas e nas missões de paz só com mandato da ONU.

Tudo porque, lembrou mais uma vez, “o futuro do PS é ser um instrumento de mudança”.

FERRO RODRIGUES APELA À UNIDADE

Ferro Rodrigues despediu-se da liderança do PS com uma intervenção em que apelou à camaradagem e unidade do partido. Certo de que nada ficará igual nos outros partidos após as eleições directas no PS, Ferro previu uma grande vitória de Guterres nas presidenciais. Sobre o novo secretário-geral salientou que lhe tinha respeito, admiração e estima.

Num discurso acolhido com aplausos de pé dos delegados presentes na sessão inaugural do XIV Congresso, o líder socialista cessante disse esperar que “daqui a um ano estejamos todos com António Guterres nesse grande combate das presidenciais, com uma grande vitória”.

Ferro Rodrigues apelou ainda à “camaradagem, frontalidade, participação e mobilização” entre todos os socialistas, sublinhando que “todos devem contar com todos. Ninguém se pode auto-excluir e ninguém pode ser excluído”. No seu discurso, Ferro Rodrigues falou dos laços de convívio e trabalho que manteve com José Sócrates nos governos de António Guterres e nos últimos dois anos e meio, no

Secretariado Nacional do PS, salientando que aprendeu a “respeitar, admirar e estimar” o novo líder socialista de quem, garantiu, nunca teve “nenhuma demonstração de deslealdade, tive sempre dele a solidariedade nos momentos mais difíceis”.

E acrescentou: “José Sócrates tem as qualidades políticas necessárias para conduzir o PS à vitória com maioria absoluta que é o que o PS há muitos anos quer e há muito tempo merece”. No seu discurso de despedida da liderança, Ferro Rodrigues fez questão de saudar diversos dirigentes socialistas, entre os quais Vera Jardim, que foi portavoz do PS nas questões relativas ao processo Casa Pia, a quem agradeceu a solidariedade.

Lembrando os “miseráveis” ataques de que foi alvo, Ferro Rodrigues deixou também uma “saudação especial” a Vieira da Silva, secretário nacional para a Organização e presidente da COC, que descreveu como “um grande militante”. O ex-líder socialista teve ainda palavras de muito apreço para com António Costa e António José Seguro pela forma como dirigiram com “combatividade” a

bancada parlamentar do PS, numa altura em que “era preciso resistir à máquina trituradora da maioria”.

E elogiou também o camarada Jorge Coelho, coordenador para as autarquias do PS, pelo “papel de grande sacrifício em momentos difíceis da sua vida”.

Na sua intervenção, o secretário-geral cessante evocou ainda a memória de Sousa Franco, provocando um aplauso de pé dos congressistas. “Quero dizer que tenho muitas saudades do professor Sousa Franco, a quem muito devemos os resultados que tivemos nas eleições europeias”.

Por outro lado, afirmou estar “orgulhoso” por ter escolhido um Secretariado Nacional “o mais pluralista possível”, já que dos seus 11 membros “houve quem apoiasse João Soares, Manuel Alegre, José Sócrates e quem ficasse sem apoiar qualquer candidatura”.

Sobre as eleições directas para a sua sucessão, Ferro Rodrigues elogiou a participação de mais de 36 mil militantes no escrutínio, concluindo que depois desta disputa “nada ficará igual nos outros partidos”.

MAIS IGUALDADE, MELHOR DEMOCRACIA

ALEGRE DISPONÍVEL PARA COLABORAR COM A NOVA DIRECÇÃO

“A disputa cá dentro terminou. A partir de agora, a luta é entre nós e a direita”. Esta a mensagem de unidade deixada por Manuel Alegre aos delegados do XIV Congresso do PS, o primeiro que se realizou fora de Lisboa e do Porto.

O candidato derrotado à liderança socialista garantiu que ele e os que o apoiaram vão colaborar com a nova direcção, advertindo, porém, que exigirão sempre o “respeito pelo pluralismo” no interior do partido, uma vez que a moção “Mais Igualdade, Melhor Democracia” contém “ideias que podem ajudar o PS a vencer”.

Ao intervir na apresentação da moção de que era primeiro subscritor, Manuel Alegre invocou o valor unidade na diversidade e o respeito pelos resultados verificados nas eleições internas.

“José Sócrates será é o meu secretário-geral e de todos os socialistas”, afirmou, lembrando ainda que a sua candidatura “contribuiu para reforçar a qualidade da democracia no PS e também no país”.

No seu discurso, Alegre garantiu que o grupo que o apoiou no confronto com José Sócrates “não se constituirá numa tendência organizada dentro do partido”.

“Estamos disponíveis para colaborar”, mas “a unidade interna constrói-se no respeito pelas minorias”, defendeu, insistindo em dois temas que o distanciaram, em campanha, do novo secretário-geral do PS: a política de alianças do partido e a existência de destinatários preferenciais da mensagem dos socialistas.

“Continuo sem perceber o que fará o PS se não tiver maioria absoluta nas eleições legislativas”, disse então, sublinhando a necessidade do partido fazer entendimentos à esquerda caso obtenha apenas maioria relativa.

Manuel Alegre sustentou ainda que o PS não deverá esquecer a sua origem ideológica nascida das lutas operárias e, como tal, “não deverá ser neutro nas questões sociais”.

“Em Portugal, quem reinventou a luta de classes foi o Governo de direita”, recordou ainda o vice-presidente da Assembleia da República, incentivando Sócrates a “bater-se pela reforma da Lei de Bases da Segurança Social, pela revogação Código do Trabalho”, e contra o “desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde”.

Considerando “completamente gasto” o modelo de desenvolvimento português, baseado em salários baixos e na baixa qualificação das pessoas, Manuel Alegre defendeu um novo paradigma apostado na sociedade do conhecimento e apoiado num “Estado estratega que não se limite à condição de árbitro, mas que se assuma como um instrumento de combate às desigualdades e da promoção do desenvolvimento económico sustentado”.

Este Estado, lembrou Alegre, fazendo uma síntese da sua moção, deve ser “um fornecedor de serviços públicos”.

A defesa de um contrato social baseado na igualdade de género, enquadrado no modelo social europeu, a par da confirmação da prioridade às políticas sociais como marca do socialismo democrático constaram na sua moção e foram lembradas por Alegre aos delegados no Congresso.

JOÃO SOARES ELOGIA DEBATE INTERNO

João Soares considerou que o debate interno realizado no PS “fez história” e constituiu “um precedente inovador”, manifestando ainda a sua inteira disponibilidade e empenho em colaborar com o novo secretário-geral para “combater a direita dos interesses que nos desgoverna”.

“José Sócrates, conta comigo para todos os combates, com solidariedade e determinação”, disse, acrescentando que os socialistas saem do debate e do congresso “mais rejuvenescidos”.

Na sua intervenção no Congresso de Guimarães, João Soares que optou por votar a favor das moções de Sócrates e Alegre, voltou a defender algumas das linhas-força da sua candidatura à liderança do PS, nomeadamente a aplicação da taxa Tobin, o fim das “off-shores”, a defesa da ética republicana de serviço público, a defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde, a possibilidade de todas as mulheres terem direito a recorrer aos hospitais públicos para interromper voluntariamente a gravidez até às 12 semanas e a retirada imediata da GNR do Iraque, “para onde fomos levados por um logro de Durão Barroso”.

Refira-se ainda que João Soares não apresentou listas aos órgãos nacionais nem viu a sua moção discutida no Congresso, por não ter obtido os necessários 50 delegados exigidos pelos Estatutos para esse fim.

ALMEIDA SANTOS REELEITO PRESIDENTE DO PS

Almeida Santos foi reeleito presidente do PS pelos delegados do XIV Congresso do partido, cargo que exerce há 12 anos e para o qual se candidatou com o apoio do novo secretário-geral, José Sócrates.

A reeleição de Almeida Santos por 1.084 votos a favor, seis

em branco e cinco nulos dos cerca de 1.500 delegados foi anunciada pelo próprio.

Na abertura do segundo dia do congresso socialista, Almeida Santos garantiu que este será o último mandato na presidência do PS.

O CONGRESSO DE TODAS AS EMOÇÕES

O Congresso de Guimarães foi palco de uma mudança estratégica protagonizada por José Sócrates, que reforçou a confiança dos militantes do Partido Socialista e deu início a um novo ciclo político que vai de encontro ao anseio dos portugueses.

O País está agora atento ao desenrolar dos próximos acontecimentos e conta com o Partido Socialista para que seja invertido o ciclo de governação de uma maioria de direita, autoritária e sem capacidade de articular as medidas avulsas que implementa, assim comprometendo o desenvolvimento do País e travando o seu crescimento.

Se dúvidas existiram durante a campanha interna, protagonizada pelos três candidatos, a eleição do secretário-geral, por 80,1 por cento dos militantes, legitimou José Sócrates para decidir e implementar as melhores estratégias para os próximos actos eleitorais. A legitimação decorrente destes factos leva-nos a poder afirmar que, a partir do Congresso de Guimarães, nada será como dantes.

O PS está, mais do que nunca, em condições de pedir uma maioria absoluta aos Portugueses, apresentando-se autonomamente a sufrágio e denunciando o Governo, passo a passo, por cada ataque que desfere contra os legítimos direitos dos cidadãos.

À Comissão Organizadora do Congresso, liderada pelo seu presidente Vieira da Silva, coube a missão de, num curto espaço de tempo, dar resposta ao cumprimento dos estatutos e à organização da grande e complexa máquina do Congresso. Não se mostrou fácil (num país desiludido e desmotivado, desmobilizado para uma indispensável participação partidária e registando-se um grande défice de participação de mulheres) fazer cumprir os requisitos sobre a paridade, enunciada nos Estatutos, sobretudo quando nos confrontamos com uma realidade de militância feminina muito inferior aos 33 por cento previstos nos Estatutos. Cabe portanto, a todos, o compromisso de dar mais confiança às mulheres para que se inscrevam no Partido Socialista e participem mais activamente na sociedade.

Considero, porém, que deverá ser revisto, em futuros Congressos, um formato que preveja dar voz a todos os militantes, salvaguardando as opiniões e as experiências de cada um, instituindo-se um espaço de intervenção e de apreciação atenta por parte dos dirigentes. Mas só uma nova estrutura,

orgânica e funcional, do Congresso poderá contemplar as intervenções de todos quantos deverão ter uma palavra a dizer sobre o partido e o País.

Notável foi o trabalho desenvolvido pelas estruturas de base do Partido que mobilizaram cerca de 38 mil militantes, na sua maioria gente anónima mas cheia de vontade de participar e, sobretudo, de passar uma imagem muito clara de que estão prontos para os combates que se avizinham. Que estão prontos para trabalhar e, sobretudo, que têm vontade de apresentar novas soluções. Será fundamental que, cada um de nós, na medida das suas capacidades, se empenhe na conquista do Poder e mostre, nas suas áreas de intervenção, que o PS está pronto para governar para as pessoas e para resolver com eficácia os seus problemas. No entanto, é fundamental modernizar as estruturas do partido e o secretário-geral demonstrou com clareza, na moção que submeteu ao Congresso, o compromisso que assume com os militantes, modernizando o partido e contribuindo para modernizar a vida político-partidária do País.

Deste Congresso saíram ideias muito claras: que o PS está pronto para voltar ao Poder, mas que não está disposto a tudo para o alcançar. José Sócrates irá protagonizar o Fórum Novas Fronteiras, com data de arranque marcada para 29 de Janeiro de 2005, abrindo o partido à sociedade, contando para isso com a participação política e cívica de todos os portugueses com contributos nas áreas do Conhecimento, da Ciência, Inovação e Tecnologia, constituindo, assim, a alavanca para uma projecto global modernizador, conducente ao reforço da economia portuguesa e da qualidade de vida dos portugueses.

Os socialistas saíram do Congresso de Guimarães reafirmando-se como oposição construtiva e activa e com José Sócrates como líder inequívoco da oposição.

Um líder frontal, com capacidade de decisão e com vontade de modernizar o partido e o País, com ideias claras e com confiança, atento à história do partido e aos contributos dos militantes e dos Portugueses em geral.

Depois de tudo o que passámos no Partido Socialista e confrontados com os constantes desrespeitos do Governo de Direita pelos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, considero que o Congresso de Guimarães foi o Congresso de todas as emoções. Por isso rumei a Sul com uma lágrima no canto do olho e com uma forte vontade de trabalhar.



IDÁLIA MONIZ

Apoiante da candidatura de José Sócrates

JUNTOS VAMOS CONSTRUIR UM NOVO CICLO DE VITÓRIAS

Com a declaração proferida por João Soares, em reunião da Comissão Nacional de Março de 2004, de que seria candidato a secretário-geral, encerrou-se o ciclo de dez anos de falso unanimismo em que o PS esteve mergulhado.

Ao longo da sua história, tem vindo exaustivamente a ser demonstrado que o partido sai reforçado quando assume o pluralismo e o debate franco e aberto de ideias, e enfraquecido sempre que pretende ignorá-los. Neste Congresso isso mais uma vez ficou provado.

O XIV Congresso não decorreu ao longo de três dias, como era tradicional, mas sim ao longo de dois meses.

A História virá a demonstrar que as três candidaturas, com tudo o que inevitavelmente as une e identifica, mas também com visões diferentes sobre várias questões fulcrais e estratégicas, prestaram um contributo inestimável para o reforço do PS, para a sua imagem de partido vivo e dinâmico, e para dar uma nova esperança a Portugal.

Os debates realizados em todo o País foram largamente participados e o número de votantes bateu folgadoamente tudo o que anteriormente tinha ocorrido em eventos partidários. Torna-se agora indispensável que cada militante passe a ser um sujeito político activo, pronto para todas as batalhas políticas e capaz de dialogar, acolher e articular com todos os cidadãos que se identificam com o PS e que com ele estão disponíveis a colaborar.

Como exaustivamente foi afirmado e reafirmado, os militantes decidiram, está decidido. José Sócrates é o secretário-geral de todos os socialistas. Eleito por uma maioria confortável, o processo que acabámos de viver é o garante de que terá a vantagem clara de não ser alvo de um falso unanimismo nefasto.

Todos estamos confiantes que a inteligência e argúcia de José Sócrates o leve a tirar as ilações positivas desta situação. Em primeiro lugar, porque o PS sempre provou que a melhor forma de se afirmar e de ganhar a confiança dos portugueses é cultivando o pluralismo interno de ideias, bem como a

transparência e lhanza traduzidas numa forte solidariedade e num cimento aglutinador para as verdadeiras batalhas políticas, que são as externas;

Em segundo lugar, porque José Sócrates irá liderar um partido vivo;

Em terceiro lugar, porque não será um secretário-geral apenas rodeado de "yes men", mas terá sempre aquilo que um líder mais deve desejar — quem assuma frontal e lealmente as discordâncias, as fundamentadas e lhe proponha alternativas;

Em quarto lugar, porque o Congresso se manifestou de forma inequívoca no sentido de que o PS deverá continuar a empunhar galhardamente algumas das bandeiras caras ao socialismo democrático, como as do Serviço Nacional de Saúde e da Segurança Social Pública.

Estão pois criadas as condições para um novo ciclo de vitórias do PS, que conduzam a uma maior justiça social e que renovem a confiança dos agentes económicos.

Aqueles que apoiaram a moção e a candidatura de João Soares recusaram assumir qualquer "expediente" que lhes viesse a permitir, eventualmente, integrar listas para os órgãos dirigentes do partido. As regras democráticas são para ser cumpridas. Julgo que também nesta matéria colaborámos para a implementação de uma nova cultura na vida política partidária.

O nosso contributo, cuja determinação é inquestionável, terá o mesmo valor na militância de base e nos órgãos intermédios. As posições que entendermos dever assumir no debate interno do partido serão veiculadas nas estruturas de base, nas concelhias e nas federações, no grupo parlamentar e nas reuniões conjuntas deste com a comissão política nacional. Estou certo que ninguém se auto-excluirá e estou certo que a nova liderança não excluirá ninguém.

O XIV Congresso foi claro na assumption de que será com todos juntos que vamos conseguir.

O PS vai conseguir. E, como sempre afirmámos, "vamos a isto juntos".



RUI CUNHA

Apoiante da candidatura de João Soares

TEMPO DE UNIDADE TEMPO DE COMBATE

O XIV Congresso do Partido Socialista não foi um Congresso igual aos outros. É certo que já noutras ocasiões se verificaram no PS disputas aceras pela liderança, mas não há memória de um debate político tão intenso e prolongado, diante dos olhos de todos os portugueses e suscitando tanta atenção da Comunicação Social e da opinião pública. Acresce que a participação eleitoral de mais de 36.000 militantes se traduziu numa afirmação de vitalidade democrática absolutamente sem precedentes. Esta massiva votação revelou à sociedade portuguesa um PS vivo e empenhado, em flagrante contraste com a decadência de outras instituições da nossa democracia. Para muitos, este vivo debate interno terá sido uma descoberta: a descoberta de um espaço político em que vale a pena participar. E isto pode ser muito promissor para o futuro do PS. Precisamos de um PS mais atractivo, sobretudo para as novas gerações.

Os militantes socialistas escolheram a sua liderança e a sua estratégia. De forma absolutamente clara. O tempo agora é, portanto, de unidade e de combate político. O País espera e desespera por uma alternativa política que ressuscite a esperança e ponha fim a este estado de coisas na governação. A verdade é que os portugueses já não esperam nada deste Governo e, por isso, têm os olhos postos no PS. É muito importante que o PS não falte à chamada. A responsabilidade para que isso aconteça cabe a todos. A apresentação de uma lista única para a Comissão Política e os sinais de abertura e respeito pelas minorias já dados pela

nova liderança são, sem dúvida, passos na boa direcção. Aos sinais de desagregação na maioria e no Governo, aos evidentes indícios de desnorte estratégico no Executivo, é fundamental que o PS responda assumindo-se como um referencial de estabilidade e de lucidez política. As tarefas do PS são claras: dar voz ao descontentamento popular, denunciar o erro das políticas e fazer a oposição enérgica e forte que os portugueses desejam. Mas trata-se também de preparar uma alternativa de Governo. Para isso, importa dar seguimento ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Gabinete de Estudos e preparar um Programa de Governo no quadro de um processo de abertura do PS à sociedade portuguesa. Nestas condições, o Fórum Novas Fronteiras apresenta-se como um passo decisivo na mobilização das energias do País em torno desse projecto político alternativo.

O Congresso de Guimarães foi apenas um começo e funcionou como uma convocação para o combate político. O surgimento de uma nova liderança no PS, claramente legitimada e assumindo uma candidatura à chefia do Governo, capaz de suscitar expectativas e de formular propostas alternativas está a causar a maior perturbação na maioria e no Governo. Tomara que a afirmação dessa alternativa incentivasse o Governo a governar melhor. Mas não parece ser esse o caso. Tanto pior. Mas os portugueses vão-se dando conta, progressivamente, que podem contar com o PS. E é para isso que devemos trabalhar. Fazê-lo é estar á altura do nosso dever.



PEDRO SILVA PEREIRA

Apoiante da candidatura
de José Sócrates

NOVOS DESAFIOS

Mais um Congresso do Partido Socialista, aquele que ocorreu em Guimarães. Dir-se-á: um novo ciclo na nossa vida política. É sempre assim no final de qualquer congresso!!!

Este Congresso marcou a vida política portuguesa. Abriu-se o debate para dentro e para fora do Partido Socialista. Mostramos ao País que é possível a união com pluralidade e diversidade de pontos de vista. Votaram 36000 militantes, um número inimaginável e que podemos, hoje, desafiar qualquer outro partido português a tentar repetir. Uma reforma inteligente, verdadeiramente reformista e inovadora é o que se espera desta nova direcção do PS.

Assume particular relevância o Fórum Novas Fronteiras. Será este a definir os moldes do debate político que o Partido Socialista quer travar no futuro muito próximo. Atentos à nova situação política que se vive no País. Um Governo que apela, sem qualquer vergonha, ao populismo mais descarado, às promessas eleitoralistas que em nada representam reformas estruturais para o país, mas antes se traduzem num aumento da pobreza, no agravar das assimetrias sociais, no aumento do desemprego, no desinvestimento em sectores estruturantes de qualquer sociedade, como a Saúde e a Educação. O País e os portugueses exigem do Partido Socialista resposta para os seus problemas.

É, assim, vital um rumo, uma estratégia, uma acção que traduza a nova esperança e confiança para os portugueses.

Num mundo globalizado, na era das novas tecnologias, no momento em que Portugal se deve afirmar no seio da União Europeia, o "slogan" Novas Fronteiras pode gerar equívocos de interpretação. Mas entendendo-o como um desafio aos militantes e simpatizantes do Partido Socialista para, em conjunto, construirmos a alternativa urgente e necessária

para o País.

Não posso deixar de referir, também como balanço deste XIV Congresso, que uma das questões mais prementes para o Partido Socialista é ter uma resposta adequada aos problemas que a nossa Democracia enfrenta. Começando pelo interior do Partido Socialista, nos métodos, nos procedimentos exigirmos para nós próprios o cumprimento dos princípios da transparência, da tolerância pelas opiniões diversas, no cumprimento da igualdade entre todos. Só assim será possível formular as alternativas que os portugueses agora esperam que o PS lhes apresente, devemos, por isso, defender radicalmente os princípios basilares da nossa democracia como exigência que não pode, não deve, ser desprezada. Os Direitos, liberdades e Garantias, bem como os Direitos Sociais têm sofrido os maiores abalos nos últimos dois anos de Governação PSD/PP.

Pugnar por uma Esquerda Moderna tem que ser lutar pela consolidação das nossas Instituições Democráticas, pela defesa radical dos direitos fundamentais, na definição de um projecto e acção para o País em nome do PS e dos portugueses.

Encontrar condições de governabilidade tendente à transformação social, em ruptura com a direita e o populismo, é o grande desafio de todos os que se revêm politicamente na esquerda.

Saídos de um Congresso em que se voltou a ter debate político vivo, escolhas claras, propostas diferentes, importa agora que o processo de construção de uma plataforma política ganhadora honre esse clima, estimulando a diversidade, exigindo a todos lealdade e respeito mútuo, continuando, assim, a inovar na Democracia portuguesa e abrindo o PS para dentro e para fora das fronteiras da sua militância.



ANA CATARINA MENDES

Apoiante da candidatura
de Manuel Alegre



RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL, EDUARDO

1. De acordo com os estatutos do Partido Socialista, compete ao Secretário-Geral "apresentar ao Congresso Nacional o relatório das actividades desenvolvidas pelo Secretariado Nacional". Neste contexto, como Secretário-Geral cessante, procurarei, **sob minha exclusiva responsabilidade**, de forma muito sintética, fazer um balanço do trabalho realizado.

A forma mais correcta de proceder consiste, a meu ver, em relembrar os aspectos mais relevantes da moção apresentada ao XIII Congresso Nacional e comparar os compromissos então assumidos com o trabalho entretanto realizado.

2. Há dois anos, tomei a iniciativa de convocar o XIII Congresso do Partido. Fi-lo, depois de ter sido eleito, 10 meses antes, **por voto directo** dos militantes do PS, porque considerei que, após as eleições legislativas de 2002, disputadas em condições excepcionais, era absolutamente necessário, como ficou escrito na moção de que fui o primeiro subscritor, "proceder a um debate aprofundado sobre todos os aspectos relevantes da vida do partido, incluindo a questão da liderança".

Foi neste sentido que, nos meses que antecederam o Congresso, o Partido debateu, de forma participada, quer uma nova declaração de princípios, quer uma revisão dos seus estatutos.

O XIII Congresso – que se realizou sem a pressão resultante da existência de um acto eleitoral próximo – foi uma oportunidade para discutir o Partido que queríamos, solidificando a nossa identidade programática e lançando os alicerces do que deve ser uma organização partidária de e com futuro. Mas foi também o momento em que lançámos a nossa agenda política, para a nova situação em que nos encontrávamos e em que aprovámos a nossa estratégia eleitoral para estes dois anos, com particular relevância para as **eleições europeias**.

3. Naturalmente que o último Congresso se realizou ainda no rescaldo das eleições legislativas de Março de 2002, na sequência das quais o Partido Socialista passou a ocupar um lugar sem precedentes no panorama político português. **Nunca, até então, o maior partido da oposição tinha tido a responsabilidade de representar quase 40 por cento dos eleitores.** Apesar de termos sido derrotados e de termos sabido viver a nova situação de passagem de poder à oposição, não apenas no país, mas num número muito relevante de autarquias locais, continuámos a representar uma parte muito substancial da população portuguesa e obtivemos um dos melhores resultados da nossa história. Como é sabido, as legislativas de 2002 foram umas eleições disputadas em condições muito difíceis, mas nas quais, contámos com o apoio da grande maioria daqueles que, oito anos antes, haviam estado com o PS nos Estados Gerais. Não só este facto serviu para contrariar a ideia de muitos de que éramos um partido excessivamente fechado sobre si próprio, como sublinhou que muitos dos sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa, apesar das críticas até então feitas, continuavam e continuam a ver no PS o principal referencial de **uma governação progressista, democrática e solidária.**

Contudo, em Novembro de 2002, era essencial que interiorizássemos a ideia de que estávamos na oposição e já não no Governo. Como tal, havia que analisar com rigor as causas das nossas derrotas, as lições das eleições de Março de 2002 e traçar as linhas mestras do nosso trabalho na oposição.

4. Há dois anos, alertámos os portugueses para o que seriam as consequências da acção governativa da direita coligada. **O que então previmos veio a acontecer.** Avisámos que as políticas do Governo PSD/CDS estavam a transformar o que era então uma crise

financeira numa **gravíssima crise económica e social**, de contornos dramáticos para as famílias portuguesas e cuja duração e intensidade eram imprevisíveis. Em primeiro lugar, porque com o "discurso da tanga" o Governo promoveu uma quebra de expectativas e de confiança nos agentes económicos que lançou a economia numa recessão de duração inédita desde que há séries estatísticas em Portugal. Em segundo lugar, porque levou a cabo uma política fiscal pró-cíclica, em lugar de utilizar os instrumentos ao dispor do Estado para contrariar esse mesmo ciclo. Com a política levada a cabo o Governo conseguiu não só não resolver nenhum dos problemas financeiros que se propôs como, pelo caminho, deu ainda um rude golpe na economia

O desinvestimento e o abandono da educação, da qualificação e da ciência como áreas prioritárias da acção governativa, ocorrido ao longo destes anos, são não só a prova da visão míope que a actual maioria tem do futuro do país, como também um aspecto distintivo do que foi a prática governativa do PS no passado e deve ser no futuro. Apostar nestes factores, é, simultaneamente, a garantia de que teremos uma economia competitiva no futuro e de que cada um dos portugueses estará sempre mais capacitado para um exercício mais aprofundado da cidadania. Além de que o que se tem passado, ao longo de mais de dois anos, nestas áreas, fará recuar o país para uma situação que, nomeadamente quando comparada com os novos estados-membros da União Europeia, envergonha Portugal.

Por outro lado, a forma como a actual coligação adoptou uma **atitude seguidista face à guerra do Iraque, que sempre consideramos ilegítima**, significou uma ruptura profunda com a importante prática portuguesa de consenso entre os dois maiores partidos em torno de política externa. Este facto representa uma nova etapa nos equilíbrios inter-partidários no espaço político português. Equilíbrios que, depois de trinta anos de democracia, foram dramaticamente abalados. Com a guerra no Iraque não foi apenas uma resposta de sinal errado que foi dada face ao principal inimigo que as nossas sociedades enfrentam – o terrorismo – foi também um consenso existente na política portuguesa em torno da política internacional que foi quebrado. Afirmamo-lo há dois anos e repetimo-lo, ainda com maior veemência agora: "como foi sublinhado pelos ataques terroristas de 11 de Setembro nos EUA, a construção de um espaço de liberdade, segurança e justiça tem uma importância estratégica. Só a União Europeia está em condições de se afirmar decisivamente como pólo bloqueador de tendências hegemónicas e de construção de um modelo mais equilibrado de poderes a todos os níveis à escala global." Dois anos depois parece-me claro que a maioria de direita não contribuiu de todo para alcançarmos este objectivo.

Chamámos a atenção que, quer por força do desastre da política económica, quer em consequência da **contra-reforma social**, já então em marcha, a vida das famílias portuguesas pioraria drasticamente. **Três anos de congelamento de salários, de perda de poder de compra, de ataque sistemático aos mais fracos** – das alterações aos subsídios de doença e de desemprego, passando pelo rendimento mínimo e terminando em alguns pontos do Código de Trabalho –, estão aí para confirmar o nosso diagnóstico. Mas, o elemento mais dramático da irresponsabilidade social deste Governo é, sem dúvida, o **aumento brutal do desemprego**, que atinge hoje perto de meio milhão de portugueses, sem que se tenha vislumbrado um gesto no sentido de fazer face a esse autêntico flagelo social.

No entanto, não menos grave do que a profunda recessão em que o Governo nos mergulhou, é a própria **degradação do sistema político** a que temos assistido nos dois últimos anos. Vários

factores a isso têm levado.

Antes de mais, o facto da actual coligação ter assentado numa plataforma eleitoral baseada em promessas irrealistas que, uma vez no poder, logo esqueceu. É que há poucas coisas tão responsáveis pelo aumento do descrédito da classe política e pela deslegitimação do próprio sistema como prometer aquilo que já se sabe não se pode cumprir e fazê-lo apenas com propósitos eleitoralistas. E às promessas não cumpridas é preciso juntar o **processo de transformação do sistema português numa democracia de casos**, que só tem servido para lançar uma suspeição generalizada sobre as instituições e os políticos, não permitindo apurar com rigor responsabilidades, em cada situação.

Neste contexto, a postura assumida, desde o primeiro momento, pelo governo da direita de fazer **oposição à oposição**, gerou uma **troca de papéis institucionais que mina também a credibilidade do sistema. Aos governos compete governar e não iludir a sua acção governativa com ataques sistemáticos à oposição e ao governo anterior.** Mais de dois anos depois, é claro que esta é uma das características identitárias da coligação PSD/PP.

5. Mas a batalha pela credibilização do sistema democrático implica que se avance de forma determinada também do lado da reforma das instituições e do sistema político. Foi, precisamente, por considerar esta dimensão fundamental para a vida pública portuguesa, que o Partido Socialista liderou um processo tendente à introdução de uma série de reformas no sistema político. No entanto, a pedra basilar dessa reforma, a **alteração do sistema de financiamento partidário para um modelo de financiamento fundamentalmente público**, pelo qual me bati, apesar de um acordo estabelecido com o então líder do PSD, Dr. Durão Barroso, que não foi por este cumprido, foi adiada para Janeiro de 2005, protelando a entrada em vigor de um alicerce fundamental para a melhoria da vida democrática portuguesa. Aliás, a **vontade de reforma do sistema político** que o PS preconizou foi **obstaculizada pela inércia e pela recusa activa da maioria PSD/PP**, com consequências gravosas para o futuro da democracia portuguesa. Os **impasses** nas leis eleitorais para a Assembleia da República e para as autarquias aí estão para o demonstrar.

Na verdade, este foi apenas mais um caso em que apresentámos alternativas políticas e que revelámos, inclusivamente, disponibilidade para alcançar consensos em áreas fundamentais para a sociedade portuguesa e que dessem, como defendemos na moção, "um sinal de mobilização para responder a difíceis exigências conjunturais e estruturais". No entanto, em todos os momentos, o governo optou por uma política de confronto sistemático, preferindo ser oposição à oposição do que, como lhe competia, governar o país. Em cerca de dois anos, primeiro sob a liderança de António Costa e depois sob a de António José Seguro, o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República desempenhou um papel fundamental neste combate. Em todos os momentos, os parlamentares do PS revelaram grande combatividade face à ofensiva de que todo o partido foi alvo. Mas, o PS soube também apresentar alternativas e propostas, ainda que tenham enfrentado o chumbo e a recusa absoluta do PSD e do PP. Nos temas fundamentais das finanças públicas, da economia, do trabalho e das áreas sociais, da ciência e da tecnologia, da defesa do ambiente, o PS apresentou propostas que foram recusadas, praticamente sem discussão, através do rolo compressor da maioria de direita na Assembleia da República.

Em Maio de 2003, apenas seis meses depois do último Congresso, o PS e o seu Secretário-Geral viram-se confrontados com um situação gravíssima. Uma situação limite, que me deixou

não apenas perplexo, mas, também, revoltado. O nosso camarada Paulo Pedrosa foi preso. Os miseráveis ataques caluniosos que também me atingiram têm já resposta nos tribunais, mas exigiram, durante um longo período, **a não cedência a quem quer que fosse que procurasse atingir o PS.** Ao não ceder perante a **patifaria** e a campanha de ataque pessoal que defrontei, considero ter contribuído não apenas para a **defesa do PS**, mas, também, para a **salvaguarda do regime democrático de partidos**, que não pode ficar à mercê de ataques de bandidos, venham eles de onde vierem. O balanço do que se passou, com as consequências ilações, terá de ser feito no momento adequado. Com todo o rigor, com toda a exigência. Quanto ao "Processo Casa Pia", é **fundamental que as verdadeiras vítimas sejam ressarcidas e os verdadeiros criminosos severamente punidos. Mas é também absolutamente necessário que os caluniadores sejam castigados e que os responsáveis, com dolo ou por incompetência, pela promoção e difusão das calúnias, não fiquem impunes.**

6. Partindo de uma análise fundamentada sobre a situação política do país e sua previsível evolução, o PS fez do XIII congresso um momento de modernização ideológica e organizativa. Há sempre quem desconfie dos processos de mudança. É normal que isso aconteça. Mas, considerei fundamental contrariar esta tentação conservadora. Seria muito fácil não fazer nada internamente, esquecer que a sociedade havia mudado, que haviam emergido novos valores e movimentos. Poderíamos esperar que a coligação de direita caísse por si, numa lógica rotativista de poder pelo poder. Esse era um caminho possível. Mas nunca foi o meu caminho.

Nesse sentido, assumi há dois anos que «O PS precisava de mudar no plano interno porque os partidos são um esteio fundamental da democracia: um cenário político de enfraquecimento dos partidos, da sua credibilidade e da sua influência, cria as condições para o fortalecimento do discurso demagógico e populista». Assumi e procurei cumprir. Foi com empenhamento que coloquei o PS na vanguarda da reforma dos partidos. Hoje, mais do que nunca, sabemos que **o populismo mina a qualidade da democracia e que a reforma do sistema político começa pela democratização dos partidos. O PS tem hoje os estatutos mais democráticos da vida política portuguesa** e uma declaração de princípios adaptada ao século XXI. Está, pois, mais forte para enfrentar os desafios e as ameaças dos novos tempos.

Este processo de modernização começou, em rigor, antes do último congresso, com a **refiliação**. Foi um importante processo de clarificação das nossas estruturas e de reafirmação da militância de todos os socialistas portugueses. Agora sabemos quantos somos e o que queremos. Por outro lado, com a introdução do **novo regime de quotizações**, a militância e os actos eleitorais passaram a assentar na verdade. Julgo aliás que as resistências de que foi alvo a introdução do novo regime de quotas são, também, sintomáticas da importância desta profunda mudança para o funcionamento interno do Partido. Passámos também a ter no Acção Socialista um útil instrumento de debate e de informação internos, que não só todos os militantes passaram a receber, mas, simultaneamente, no qual todos os militantes passaram a poder expressar as suas opiniões. Julgo que, hoje como nunca, o PS funciona com mais verdade e mais transparência. O processo eleitoral conducente a este congresso foi, aliás, um exemplo de que nos podemos orgulhar e que marca uma diferença assinalável em relação aos restantes partidos portugueses. Do debate travado, entre os três candidatos, os camaradas José Sócrates, Manuel Alegre e João Soares, ao **processo eleitoral** em si – conduzido com

FERRO RODRIGUES, AO XIV CONGRESSO DO PS

grande serenidade e rigor pelo camarada José António Vieira da Silva, num quadro em que, uma vez mais, o Presidente Almeida Santos, mostrou ser um grande Presidente do PS – **demostro um exemplo a todo o país de transparência, de pluralismo e de democracia**

Mas o trabalho realizado foi apenas um primeiro passo, de muitos que se devem seguir. Tenho para mim que os partidos não existem para se servir a si, mas sim para servirem as sociedades em que actuam. Nesse sentido, sempre que necessário, devem reformar o seu modo de organização e funcionamento, aumentando a sua democracia interna e abrindo-se aos contributos daqueles que podem ajudá-los a aproximarem-se dos anseios dos cidadãos. É que sempre que o PS se abriu, o PS ganhou.

Os Estados Gerais para uma Nova Maioria foram uma experiência de sucesso que mobilizou os sectores mais qualificados e dinâmicos da sociedade portuguesa. O problema é que depois das eleições de 1995, o PS foi-se fechando progressivamente. Criou-se uma espécie de separação artificial entre um partido de militantes e um partido paralelo de independentes. Era urgente integrar o espírito dos Estados Gerais no interior do próprio PS. Penso que a revisão dos estatutos constituiu um passo importante para essa nova abertura. Para que o diálogo com a sociedade civil se fizesse de forma institucionalizada e permanente. Mas, também, é verdade que **devíamos ter ido muito mais longe** neste domínio. Pese embora o trabalho que foi feito, designadamente em articulação com o Gabinete de Estudos, na realização de um número significativo de Fóruns para as Novas Políticas.

Todos sabemos da importância política do trabalho diário das secções de residência e das estruturas federativas do partido. Mas as secções, as concelhias, as federações, não podiam esgotar as instâncias de participação política no PS. Daí a importância de prevermos nos nossos estatutos as novas formas de intervenção. Não podemos deixar de ouvir também aqueles que, pelo seu perfil, se sentem mais à vontade nestes novos modelos de cidadania política. Foi por isso que criámos os Fóruns Socialistas, que dinamizámos o gabinete de estudos e que promovemos várias iniciativas no âmbito do grupo parlamentar. Foi, também em nome dessa convicção, que consagramos nos estatutos os clubes de política, as secções de duração limitada e as cibersecções. Há que reconhecer que nos dois últimos casos até agora com resultados fraquíssimos.

Há dois anos, apostámos que «o PS tem muito a ganhar se der expressão estatutária à figura dos **clubes de política**». Foi uma aposta ganha. Aproveitando experiências que já se disseminavam de forma informal entre socialistas, em pouco tempo, nasceram em vários pontos do país fóruns de reflexão política que juntaram militantes e independentes no sentido de contribuírem mais eficazmente para uma nova governação socialista. Mas, hoje, há que insistir que os **Clubes de Política não devem**, do meu ponto de vista, **ser transformados em organizações de tendência**, quando não era esse, de modo algum, o seu objectivo. **Só há um Partido Socialista**, não podemos ser nós socialistas a promover a dissensão interna.

Muito se falou e também alguma coisa de importante se fez em matéria de renovação no PS. Todos reconhecíamos que o surgimento de novos protagonistas tem sido prejudicado pelas lógicas de exclusão que as organizações têm tendência a desenvolver. O círculo vicioso tinha que começar a ser rompido, sem dramatismos mas com determinação. Foi o que começámos a fazer no PS, com a eleição dos novos órgãos, e com a introdução de **limites aos mandatos** de alguns órgãos executivos e de **incompatibilidades de acumulação** simultânea de cargos executivos ao nível dos estatutos. As reformas institucionais podem não mudar tudo de um dia para o outro,

mas estou certo que potenciam a mudança. Mas estou convicto que o essencial da renovação não passa, sobretudo, pela mudança de protagonistas, mas, sim, pela capacidade de mudar as práticas dos partidos.

Foi nesse sentido que apostámos em diversas dimensões. Antes de mais, algo que considero fundamental. Os órgãos do partido passaram a funcionar regularmente e de acordo com o estatutariamente definido. Passámos todos a saber quem decidia e em que moldes a decisão era tomada. Este é para mim um elemento fundamental da revalorização da actividade partidária. Não apenas o **Secretariado**, que passou a ser **mais pequeno e com funções executivas, reuniu semanalmente**, como a **Comissão Política Nacional** **fê-lo cada três semanas**, tendo a **Comissão Nacional** também reunido de acordo com o **previsto estatutariamente**. Ainda assim, importa reconhecer que, nomeadamente, a iniciativa **“Secretariado Aberto”**, que se realizou em algumas federações, **deveria ter sido levada mais longe** e coberto a totalidade do país.

Neste contexto, não posso deixar de sublinhar também o **novo papel** assumido quer pelo **Departamento das Mulheres Socialistas**, quer pela **Tendência Sindical Socialista**. Não apenas porque assentou numa **valorização política de duas áreas chaves para uma política moderna (a igualdade de género e o mundo do trabalho)**, como estas **estruturas**, tendo **órgãos eleitos**, passaram a ter uma **força representativa que até então não possuíam**. Desse ponto de vista, o facto da **Presidente das Mulheres Socialistas** ser **eleita por voto directo** e o facto de **quer os socialistas da UGT, quer os da CGTP-in passarem a integrar**, em igualdade de circunstâncias, a **direcção da Tendência Sindical Socialista** traduzem-se em **legitimidades acrescidas para ambas as organizações**.

Ainda neste contexto, o relacionamento com a Juventude Socialista, bem como com o PS Açores e com o PS Madeira, decorreram sempre dentro de um quadro de grande diálogo e aprofundada colaboração. O processo conducente à revisão constitucional, que acarretou importantes conquistas para o aprofundamento das autonomias foi, aliás, um exemplo paradigmático disso mesmo, no que toca ao PS Açores e Madeira.

É evidente que a **democraticidade interna** dos partidos enfrenta **problemas** muito relevantes e seria um **erro tentar ocultá-los**. Mas os **aparelhos organizativos são constituídos por pessoas eleitas** e cujo poder assenta na legitimidade do voto dos seus pares, os militantes. Importa recordar, por exemplo, que nas eleições para as federações, alguns dos actuais presidentes foram eleitos concorrendo contra presidentes então em exercício, no que é também um sinal da possibilidade de alternância interna.

Mas, também do ponto de vista da militância, somos hoje um partido renovado. Uma larga fatia dos nossos militantes aderiu ao PS nos últimos dez anos. Aliás, na sequência das eleições legislativas, e quando lancei um apelo para que novos militantes aderissem ao PS, passámos a contar **com largos milhares de novos militantes**, o que representa uma garantia para o futuro e um sinal de confiança no PS.

7. Há dois anos, na moção da qual fui o primeiro subscritor, o PS afirmava-se, simultaneamente, como **grande partido de governo** e como **grande partido de causas**. Depois de um grande debate, hoje afirmamos as causas para uma governação socialista no início do século XXI. Avaliando as experiências dos governos de centro-esquerda, e percebendo o que mudou em Portugal, na Europa e no mundo, actualizámos uma declaração de princípios que era, recorde-se, anterior à queda do muro de Berlim. Como sempre dissemos, não havia que ter receio em mudar. O longo do século XX foi sempre esta a

tradição do socialismo democrático e da social-democracia: encontrar novas políticas para novos problemas, na fidelidade aos valores da liberdade, igualdade e solidariedade. Como dissemos há dois anos, «temos de estar à altura da rapidez e da profundidade das transformações do mundo». Penso que estivemos.

Foi para honrar esta herança histórica e para enfrentar os desafios do futuro que adaptámos a nossa declaração de princípios à integração europeia de Portugal, à nossa experiência de governo e ao mundo pós-guerra fria. A ideia de uma globalização mundialmente regulada, a revalorização radical da democracia, a regulação da economia de mercado, a defesa dos serviços públicos, a preservação do ambiente, a aposta em sociedades cosmopolitas – são causas que constam agora da nossa declaração de princípios. Não temos hoje problemas de identidade programática. Ao longo de dois anos, estas causas enformaram o nosso discurso e orientaram, com sucesso, a nossa estratégia em várias batalhas políticas e eleitorais.

As **eleições europeias** são um exemplo disso mesmo. **Assumi totalmente o ónus da feitura da lista**, com a inerente responsabilidade de inclusões e exclusões, e **defini uma fasquia alta** – a vitória contra a direita coligada. Foi uma vitória histórica e que ultrapassou todas as expectativas. Uma vitória que contou decisivamente com a **determinação e a inteligência do Prof. Sousa Franco** – a quem mais uma vez presto sentida homenagem – e de todos os candidatos. **Nunca o Partido Socialista havia alcançado um resultado tão expressivo e, simultaneamente, nunca a nossa diferença para os dois partidos da direita havia sido tão pronunciada**. Demos um sinal decisivo de que sozinhos podemos vencer a direita coligada. E esta é uma conclusão muito importante. **Foi a primeira vez que o PS venceu a direita unida. Estou convicto que não será a última. É a partir desta autonomia, da capacidade de sozinhos vencermos a direita que podemos construir uma alternativa que devolva a esperança aos portugueses**. É esse principal dos trabalhos que agora se iniciam.

8. No dia 9 de Julho, apresentei ao Presidente do PS a minha demissão de Secretário-Geral. A situação política alterou-se substancialmente nas poucas semanas que decorreram desde as eleições europeias, em que, sem margem para dúvidas, os dois factos relevantes foram a enorme vitória do PS e a intenção firme, por mim explicitada, de ser candidato a Secretário-Geral no Congresso, já então previsto para o último trimestre de 2004. Como então tive ocasião de explicar, **havia que retirar consequências** da derrota política que o PS teve com a não dissolução do Parlamento e a não realização de eleições antecipadas. A esmagadora maioria do PS pronunciou-se, na sequência do imprevisível abandono do Primeiro-Ministro com quem eu havia disputado directamente eleições em 2002, pela necessidade democrática de devolver a palavra aos eleitores. Para a esmagadora maioria dos socialistas, o país, perante a grave situação económica e social, as enormes dificuldades nas finanças públicas e a desmotivação existente em áreas estratégicas para o desenvolvimento de Portugal, precisava de uma solução de médio prazo para a crise política. Uma **solução** como aquela que foi escolhida, de formação de um governo provisório, de dois anos, período em que se efectuariam todos os actos eleitorais, com excepção das europeias, é, como aliás, estes pouco mais de dois meses têm cabalmente provado, **nefasta para Portugal**. Além do mais, a conjugação de dois factores – a demissão do então Primeiro-Ministro, por sua exclusiva opção, vontade e responsabilidade, e a derrocada da direita que se tinha verificado nas eleições europeias, em que, pela primeira vez, a não pré-anunciada coligação de direita tinha sido avaliada nas urnas – tornavam a **devolução da palavra ao eleitorado**, a única

solução compreensível, transparente e de legitimidade democrática indiscutível. Por fim, no nosso sistema constitucional, semi-presidencialista, o voto directo para eleições presidenciais, em lugar da eleição do Presidente da República pelo Parlamento, deveria significar autonomia política e responsabilidade constitucional daquele, exactamente para ser exercida aquando de crises como aquela que vivemos, sem qualquer condicionamento, nem mesmo o de uma maioria parlamentar.

A **decisão** do Senhor Presidente da República **atingiu todo o PS** e em especial quem o dirigia e tinha expectativas que considerava fundadas de que iria haver eleições. Aliás, resulta hoje nítido que, caso o Senhor Presidente tivesse convocado eleições, estaríamos neste preciso momento à beira delas e a **possibilidade de uma maioria absoluta para o PS seria muito forte**.

Portanto, a divergência entre por um lado o PS e o seu Secretário-Geral e, por outro, o Senhor Presidente da República, não foi centrada em questões que se pudessem considerar secundárias, embora importantes. **Foi uma divergência em questões essenciais de regime, de governo, de papel de um Presidente da República, eleito directamente pelos cidadãos e não pelo Parlamento**. Foi o PS e a afirmação das suas posições e alternativas, bem como a minha liderança que ficaram em causa. Para que fosse possível uma nova página com um relacionamento institucional positivo com o Senhor Presidente da República, importava ao PS ter **uma liderança nova**. Como é óbvio, **o meu pedido de demissão foi uma decisão amadurecida, racional e política, para além de um imperativo de consciência e não uma atitude precipitada, emocionada ou pessoal**. Foi uma decisão exclusivamente individual e sem qualquer pré-aviso. Quem me conhece sabe que nunca condicionaria com argumentos pessoais o Senhor Presidente da República. Foi sem dúvida, no entanto, uma decisão dolorosa, porque não pude assim cumprir todos os compromissos assumidos no anterior congresso e na sequência das eleições europeias. Mas passados estes quase três meses, considero que foi a decisão correcta, a melhor para o PS.

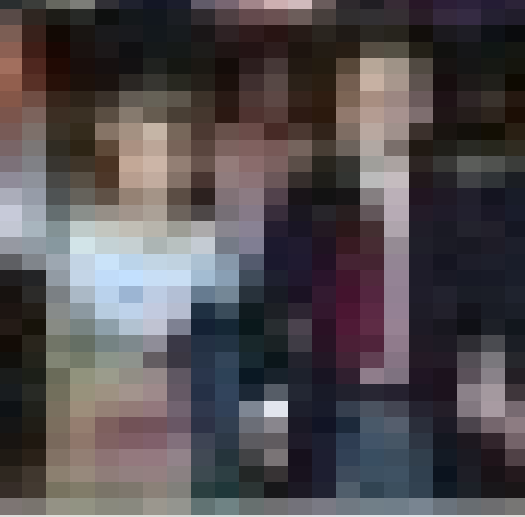
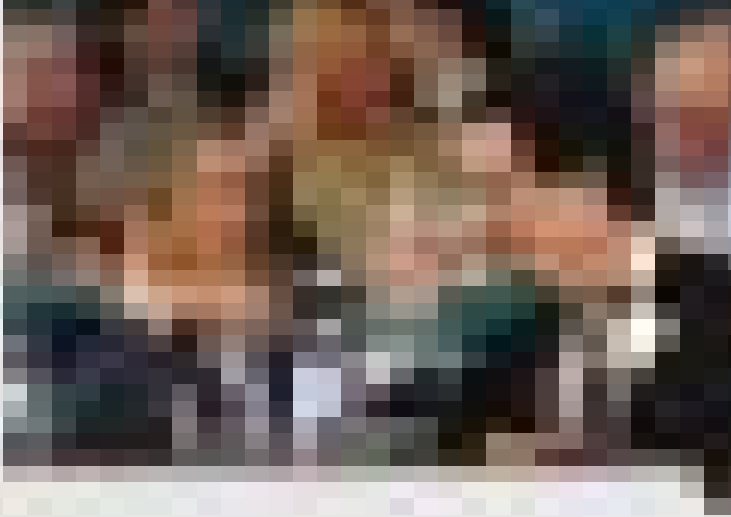
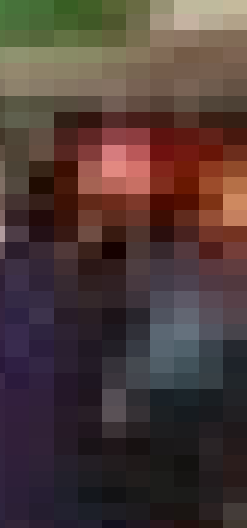
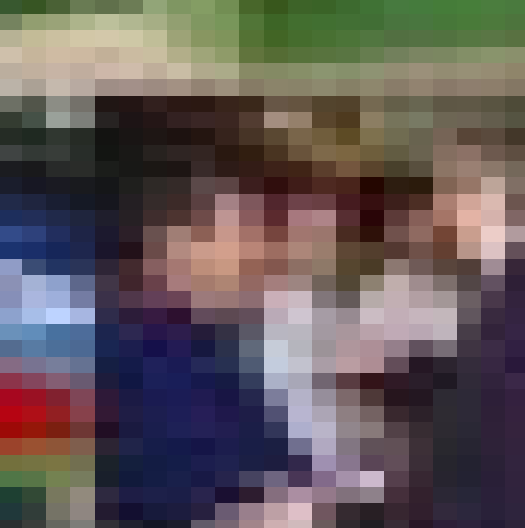
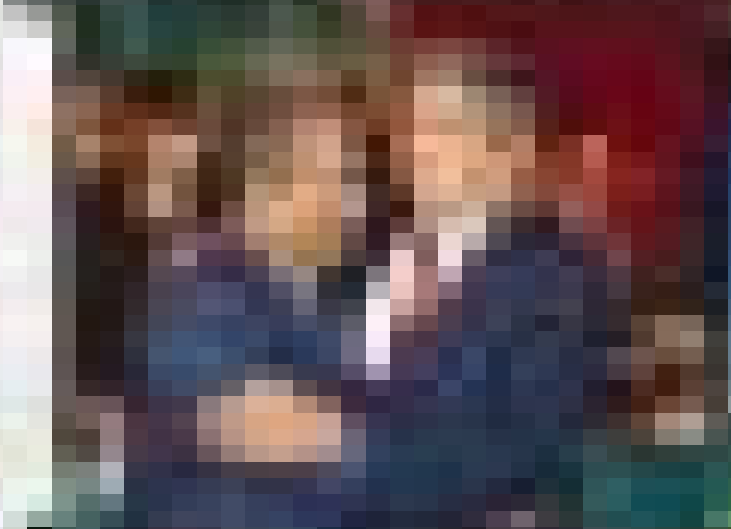
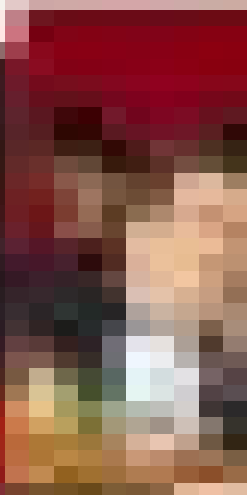
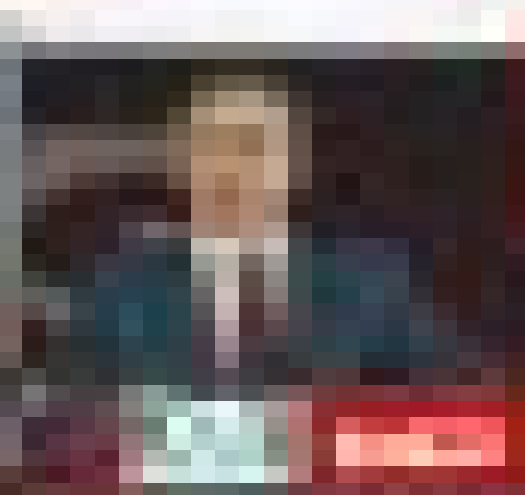
É verdade, contudo, que a minha decisão mudou o contexto e as características deste congresso. Havíamos, aquando do último conclave, decidido que era agora a altura de apresentarmos as bases programáticas para a nossa alternativa. Naturalmente que a mudança de circunstâncias impediu-o. Mas, julgo que, **se soubermos unir-nos no respeito pelas nossas salutares divergências, temos condições de, nos próximos dois anos, construir uma alternativa programática, que volte a dar esperança aos portugueses. Os novos órgãos eleitos, e em particular o novo Secretário-Geral, o camarada José Sócrates, devem esperar, nos próximos anos, de todos os socialistas solidariedade e participação**. O que está em causa é construir **um Portugal mais próximo dos nossos sonhos** e o PS tem de ser um actor à altura desse desafio.

Estou convicto que os militantes do PS não deixarão de estar mobilizados, sem preconceição de “vencidos ou vencedores”, para a participação exigente, mas activa e plural em redor do novo Secretário-Geral, que foi apoiado de forma muito expressiva em eleições directas.

Estou convicto de que, como sempre, o PS saberá responder às enormes expectativas e esperanças dos portugueses e das portuguesas, ganhando eleições, exercendo depois o poder como grande partido de causas e de acções, visando a transformação de Portugal num país em que cada pessoa seja um cidadão.

30 de Setembro de 2004.

Eduardo Ferro Rodrigues





TV MARCELO, TELE SANTANA

O que move o PSD não é a defesa da pluralidade, da igualdade e da democracia; o que preocupou o Governo foi agir no sentido de silenciar, e depressa, alguém que de repente se transformara num potencial incómodo

Santana Lopes anunciou para hoje, segunda-feira, uma comunicação solene ao país, presume-se que sobre o caso Marcelo, a pretexto da qual "cancelou toda a sua agenda". Independentemente do que venha a acontecer, há já factos que são incontornáveis.

O primeiro, e talvez o mais estruturante, é o de que a democracia portuguesa continua a revelar sinais preocupantes de fragilidade e de insuficiente consolidação nas práticas e discursos dos principais protagonistas. O problema é que se isto já era (re)conhecido, e crónico, em fenómenos locais e regionais dificilmente classificáveis como o dr. Alberto João Jardim, ou como o presidente de câmara que deixa a dita para entrar num "reality show" da TVI, bem como na prática reiterada de Portas e dos seus apauados da direita da direita portuguesa, descobre-se agora que o próprio partido mais forte do Governo, começando pelo primeiro-ministro e por ministros da sua máxima confiança, não está imune a tiques populistas e autoritários que se julgavam impensáveis num partido democrático.

O PSD, aparentemente, deu há uns dias conta que o professor Marcelo tinha um tempo de antena pessoal, sem qualquer tipo de contraditório e de limite razoável, seja nos tempos, seja nos conteúdos. Notável. Que se saiba, os "comentários" do professor existiam há anos naquele mesmo formato, naquele mesmo canal. Mas enquanto houve um ex-presidente do PSD a fazer campanha contra o Governo do PS, ou a aparar golpes ao Governo da coligação de direita, mandando no máximo umas farpas ao amigo Portas, a questão, denunciada tantas e tantas vezes, não mereceu qualquer reparo. Já quando o ex-presidente do PSD decide usar, como fez muitas outras vezes em sentido inverso, o seu tempo de antena contra o actual líder do PSD, a coisa mudou — e radicalmente — de figura.

Como é evidente, é vergonhoso que isto tenha sido possível que um ex-presidente do PSD, político no activo e com ambições pessoais indistigáveis, tenha tido a possibilidade de ter durante anos um palco indisputado sem que houvesse ou contraditório no próprio formato ou que, mínimo dos mínimos, a mesma possibilidade fosse dada a outras forças políticas. Mas o que move o PSD não é a defesa da pluralidade, da igualdade e da democracia; o que preocupou o Governo foi agir no sentido de silenciar, e depressa, alguém que de repente se transformara num potencial incómodo. Como é óbvio, no meio disto tudo, o que importa não são as palavras mais ou menos infelizes de Gomes da Silva. O que importa é que, melhor ou pior formuladas, elas exprimem uma posição política de fundo partilhada pelo Governo e pelo PSD e uma atitude face à crítica, à dissensão, e à própria democracia.

O silêncio, durante dias, do primeiro-ministro, a que se seguirá provavelmente uma tentativa de vitimização, é bem elucidativo a este respeito. E o que vem a público sobre as pressões exercidas envolvendo negócios importantes para a Media Capital diz-nos tudo sobre o tipo de gente com que lidamos. Esqueçamos, pois, Gomes da Silva, mero peão de algo maior: um combate pela qualidade da democracia em Portugal, que cabe a todos nós travar. E um combate pelo poder, verdadeiro duelo entre um jogador de xadrez, Marcelo, e um jogador de póquer, Santana.

Marcelo joga no longo prazo, com estratégia e paciência, e percebeu bem que sacrificar agora uma peça importante (o "comentário" na TVI), que ainda por cima estava já seriamente ameaçada, era a melhor maneira de maximizar os estragos que poderia causar no adversário. Sendo que ainda por cima continuará seguramente a "comentar", noutro sítio qualquer.

Já Santana joga sempre nas paradas altas, é um mestre do "bluff", do risco e do curto prazo e não tem medo nenhum de arriscar tudo. Não olha a meios porque sabe que o tempo joga contra si. A fuga para a frente é, sempre, o único caminho. Apoiantes de Cavaco, demissão pouco antes do fim do cavaquismo, disputa de congressos do PSD, Figueira da Foz (um só mandato), Lisboa (meio mandato), pré-candidatura a Presidente da República permanentemente alimentada, primeiro-ministro (meio mandato caído do céu, se chegar ao fim). É um carrossel que não se sabe onde vai acabar. Tudo em directo na televisão, e o país pode esperar.



MIGUEL CABRITA

O País Relativo

EDUCAÇÃO

TRISTE ESPECTÁCULO DE INCOMPETÊNCIA

"Não é admissível que a vossa incompetência provoque retrocessos tão dramáticos na educação", uma área de governação tão vital para Portugal. Indignada, Ana Benavente declarou que a maioria de direita no poder tem demonstrado "total incapacidade" para "simplesmente assegurar o funcionamento do sistema no seu aspecto mais básico que é a abertura das aulas".

No debate parlamentar com a ministra Maria do Carmo Seabra, a coordenadora do GP/PS para as questões da Educação fez um balanço negro da actuação do Governo neste sector, acusando-o de estar a dar ao País "um triste espectáculo de incompetência".

"Voltámos à Idade da Pedra, a situações que já não se viviam há 25 anos", exclamou, exigindo da ministra esclarecimentos quanto à forma "como o Executivo vai assumir a responsabilidade política por este processo que prejudicou e prejudica tantos milhares de pessoas e hipoteca a formação dos nossos jovens".

Depois de lembrar o desinvestimento financeiro e pedagógico, a falta de acompanhamento e de apoio às escolas, a ausência de regulamentação das leis e o ranking dos estabelecimentos de ensino "mal preparados, mal feitos e rapidamente retirados", Ana Benavente insistiu no tema da desastrosa colocação dos professores, porque, assegurou, "o problema ainda não está resolvido". Na medida em que, segundo a parlamentar socialista, a última lista que saiu, pela terceira vez, para colocação de docentes, com três meses de atraso, "está cheia de falhas inaceitáveis".

"Os sindicatos, que têm feito uma análise detalhada dessas situações através dos seus serviços jurídicos, têm vindo a público esclarecer que não são centenas mas milhares os erros que estão por corrigir", corroborou, assegurando



Indemnizações para professores

A parlamentar do PS frisou ainda o dever do Ministério de Educação de compensar os docentes "lesados por este terrível caos", perguntando à titular da pasta da Educação se vai assegurar, por meios administrativos, a resposta "às legítimas expectativas destes professores", ou se, "depois da penoso processo dos concursos, estes terão ainda de "viver mais uma via-sacra nos tribunais".

Preocupada com a forma como as escolas e os parceiros educativos vão recuperar face à "desorganização gritante do Ministério", manifestou-se a deputada Cristina Granada, para quem a tutela "definitivamente não dá conta do recado" e também não consegue resolver "a grande confusão instalada nos serviços do próprio ministério".

de seguida que "o ano lectivo está irremediavelmente comprometido", porque este "não depende apenas da chegada dos professores às escolas, mas de todo um trabalho de preparação que desta vez não pôde ser feito".

Criticando directamente Carmo Seabra por não ter ido ver, no terreno, como muitas escolas ainda estão por abrir, ou mesmo abertas funcionam deficitariamente, Ana Benavente questionou as razões que levaram o ministério da 5 de Outubro a romper com os procedimentos que para efeito de colocação de professores estavam instituídos e que, garantiu, "funcionavam com normalidade".

O modo como os erros vão ser corrigidos e o calendário para a conclusão de todo o processo foram questões levantadas igualmente pela deputada socialista sem obter da ministra, porém, soluções concretas ou convincentes, ficando-se apenas no enunciado de lamentações e boas intenções.

Já o parlamentar socialista Luís Fagundes Duarte criticou Maria do Carmo Seabra pelo "vazio das intervenções", prova da "ausência total de uma política para a Educação" e desafiou o Governo nacional a seguir o exemplo dos Açores que, "com menos meios e custos fez o que a tutela ainda não conseguiu fazer com sucesso".

"Falta cá uma coligação de competência técnica e competência política", concluiu.

De destacar também que o PS, que entregou um projecto no Parlamento com vista à criação de uma comissão eventual para debater questões educativas até 2006, confrontou ainda Carmo Seabra com as problemáticas da revisão curricular, da educação sexual nas escolas e do sistema de avaliação dos estabelecimentos de ensino. **M.R.**

TRABALHO

GOVERNO BLOQUEIA CONTRATAÇÃO COLECTIVA E FECHA OS OLHOS A DESPEDIAMENTOS ILEGAIS

A "queda drástica" do número de convenções colectivas publicadas e de trabalhadores por elas cobertos, desde a entrada em vigor do Código de Trabalho, motivou um requerimento por parte de Artur Penedos, onde se questionam as medidas que o Governo tenciona implementar para desbloquear este tipo de contratação e evitar mais efeitos nefastos ao nível da negociação. A "gravidade sem precedentes" da actual "crise da contratação colectiva" precisa, segundo o deputado do PS, de uma resposta urgente do ministro dos Assuntos Económicos e do Trabalho.

"Como avalia a tutela o facto de a entrada em vigor do Código do Trabalho estar a privar a esmagadora maioria dos trabalhadores e das empresas portuguesas

de disporem de uma convenção colectiva actualizada", inquiriu.

Penedos alerta ainda para o facto do atraso na publicação dos regulamentos de extensão estar a agravar ainda mais esta situação, exigindo saber o que se fez ou está a fazer para normalizar e acelerar o processo.

O deputado socialista quer saber também se o Governo tenciona ou não propor a alteração do Código do Trabalho.

Entretanto, Artur Penedo manifestou "profunda preocupação" pela situação de despedimento colectivo dos trabalhadores da Prosegur de Torres Novas, questionando a tutela, em novo requerimento, sobre o acompanhamento que essa crise laboral está a ter, em

particular no que concerne às denúncias feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores das Actividades Diversas (STAD).

Para a STAD, os trabalhadores estão a ser objecto de um "despedimento colectivo ilegal e inaceitável" que "resulta exclusivamente de um acto de retaliação por parte da empresa pelo facto destes terem rejeitado alteração aos respectivos horários de trabalho.

Assim, o parlamentar quer que o ministro do Trabalho clarifique o que vai fazer caso se confirmem as denúncias do sindicato, bem como as razões que justificam "a total ausência e desinteresse aparentes assumidos pela Inspeção-Geral do Trabalho no processo" dos trabalhadores da Prosegur.

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

LEGITIMIDADE DO GOVERNO É DUPLAMENTE FRÁGIL

“O PS tem um líder eleito, o engenheiro José Sócrates, e o PSD tem um líder designado, o dr. Santana Lopes. O PS tem um líder que foi a votos; o País tem um primeiro-ministro em quem ninguém votou”, afirmou ontem no plenário da Assembleia da República o líder parlamentar do PS, António José Seguro, numa intervenção em que apresentou as conclusões do XIV Congresso do PS. Para o líder parlamentar do PS, a campanha que conduziu à eleição de José Sócrates constituiu uma lufada de ar fresco no sistema partidário português, não só pela maciça participação de socialistas no acto eleitoral, mas também por ter sido travado um debate “livre e intenso”, sem precedentes na escolha de um secretário-geral.

Ao contrário da legitimidade esclarecedora do líder do PS e do rumo que se delineou no Congresso, o Governo escolheu a via das ilusões. Prometeu baixar os impostos e eles subiram; prometeu convergência com a média da União Europeia e houve divergência; em vez de acabarem com as listas de espera, aumentou o número de portugueses que desesperam por cuidados de saúde; prometeram baixar o IRC e não o fizeram;

em vez dos incentivos às poupanças, o governo atacou os benefícios fiscais que incentivam muitas famílias da classe média, e a listas de promessas podia continuar. É por isso que, para António José Seguro, o Governo ao não cumprir o que prometeu aos portugueses, tem “uma legitimidade duplamente frágil”.

Em contraste com a situação que existe no nosso país em virtude do desmoronamento do Governo, o PS surge com uma força renovada para preparar uma alternativa política que devolva a esperança aos portugueses e que surgirá em torno do anunciado fórum “Novas Fronteiras”.

Para o líder parlamentar, esta alternativa deve recusar a cegueira da obsessão orçamental e apostar na prioridade ao crescimento e ao emprego e apresentar outro caminho para a nossa economia. Esta alternativa tem como ideia central a aposta num plano tecnológico que aposte no conhecimento, na ciência e na qualificação, que invista na inovação e no espírito empreendedor dos portugueses, na tecnologia, na informatização e na qualidade da nossa produção”.

António José Seguro afirma que o PS quer liderar uma alternativa para a



sociedade portuguesa assente num programa de Governo claro que tenha em conta as necessidades imediatas dos portugueses e que prepare solidamente o

futuro das novas gerações. E é por isso que o PS “vai pedir aos portugueses uma oportunidade para governar e executar um programa de governo em condições de

estabilidade. “O PS vai pedir aos portugueses uma maioria absoluta”, concluiu o líder parlamentar do PS.

Já no período de pedidos de esclarecimento feito pelos representantes dos outros partidos com assento parlamentar, António José Seguro reafirmou, quanto às alianças, que o PS quer vencer as eleições legislativas de 2006 e ter condições para implementar o seu programa de Governo, cabendo aos outros partidos mostrar disponibilidade para convergir nas propostas do PS.

Contestou também que no Congresso do PS tivesse havido um clima de guerra-fria, antes pelo contrário houve, isso sim um ambiente de verdadeira pluralidade interna, como está inscrito no código genético do partido.

Aludiu também ao mais recente caso que agita a sociedade portuguesa, tendo dito que uma coisa o PS nunca faria se fosse Governo: silenciar um comentador de televisão, só porque tem posições contrárias às do Governo, referindo-se assim às pressões sobre Marcelo Rebelo de Sousa para moderar as suas críticas no jornal de domingo da TVI, o que levou o professor a rescindir o contrato que tinha com aquela estação de televisão.

CASO MARCELO

EPISÓDIO INDIGNO DE UM PAÍS EUROPEU

O PS quer ver esclarecidos todos os contornos da saída do comentador político Marcelo Rebelo de Sousa da TVI. Por isso, o deputado socialista Arons de Carvalho propôs no passado dia 7 na Assembleia da República que os principais intervenientes neste caso, o ministro Gomes da Silva, o presidente da Media Capital, Paes do Amaral, e o ex-líder do PSD Marcelo Rebelo de Sousa sejam ouvidos na Comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Na sua intervenção, o ex-secretário de Estado da Comunicação Social do PS afirmou que “este episódio, indigno de um país europeu”, não constitui “uma insólita excepção à regra”, já que parece claro que o primeiro-ministro “optou por esconder as insuficiências da governação sob o tapete da propaganda”.

Arons de Carvalho lembrou, a propósito, a “recente criação do Gabinete de Informação e Comunicação” do Governo, o qual “será tutelado pelo mesmo membro do Governo que tem a seu cargo a área da comunicação social”, o que constitui “um excelente exemplo de como a realidade pode, por vezes, ultrapassar as piores expectativas”.

E acrescentou: “Dir-se-á que esta conjugação de tutelas não é inédita, mas não é nada tranquilizador saber que ela é habitual nos regimes autoritários do Terceiro Mundo”.

O deputado socialista referiu depois a escolha de Luís Delgado para liderar o grupo de media da PT em substituição de Henrique Granadeiro como “um sinal da atenção do primeiro-ministro pelos



“media”, sublinhando que Luís Delgado, de quem não se conhece “assinalável currículo como gestor”, tem-se notabilizado pela “voluntariosa e pertinaz defesa” de Santana Lopes.

E afirmou ignorar se esta escolha “decorre da influência estatutária que o Governo mantém na PT, da vontade dos seus accionistas privados em agradar ao Executivo ou de ambas”.

Também a presença dos ex-ministros do PSD Silva Peneda e Deus Pinheiro na administração da Lusomundo Media foi apontada por Arons de Carvalho como exemplo da crescente “governamentalização da PT”, com consequências já visíveis “nos problemas internos do foro editorial no ‘Diário de Notícias’”.

Neste contexto, Arons de Carvalho considerou que “importa avaliar a

razoabilidade de manter estes órgãos de comunicação social integrados no maior operador de comunicações do país, onde o Estado possui essa influência estatutária”.

Entretanto, no decorrer do debate, Arons de Carvalho admitiu que o PS possa aceitar alterações limitativas da concentração de meios de comunicação social, bem como a limitação da possibilidade de interferência do poder nos “media”.

O ex-secretário de Estado da Comunicação Social reafirmou que o PS não é contra grupos de “media”, mas defendeu que foi atingido em Portugal “um patamar de concentração e de interferências do poder político” que é “indesejável” e que pode e deve ser objecto de regulamentação.

J.C.C.B.

LIDERANÇA DO GP/PS

SÓCRATES MANIFESTA CONFIANÇA EM SEGURO

O novo secretário-geral do PS, José Sócrates, manifestou a sua confiança em António José Seguro para continuar a liderar o Grupo Parlamentar socialista.

As declarações de Sócrates foram produzidas no passado dia 7, na parte final da reunião semanal da bancada do PS e a sua intervenção destinou-se a transmitir a sua confiança em Seguro, que havia colocado o seu lugar à disposição do novo líder.

“António José Seguro tem feito um bom trabalho como presidente do GP/PS e confio nele e nos deputados socialistas para contribuírem para a afirmação do partido”, declarou Sócrates, que, interpelado pelos jornalistas, à saída da reunião, esclareceu também que os alinhamentos da fase de pré-congresso não relevam no processo de escolha das pessoas para os lugares. Neste sentido, frisou: “A partir de agora, dentro do partido, as escolhas não serão feitas com base em nenhum alinhamento interno”.

“Isso acabou! Os princípios que nos orientarão serão os do mérito e da qualidade individual de cada militante”, reafirmou, para sublinhar de seguida que as mudanças que forem operadas na direcção do grupo parlamentar “serão da competência de António José Seguro”.

Durante a reunião com os deputados, Sócrates fez ainda uma breve análise da situação política nacional, sustentando que a bancada socialista “tem pela frente dois anos muito intensos até ao final da legislatura”.

“Tenho esperança que o nosso adversário seja mais fraco nos próximos dois anos, disse, acrescentando depois: “Olhando com frieza para a realidade política, verifica-se uma crescente descredibilização do Governo e do seu líder”.

Em termos de curto prazo, José Sócrates defendeu que o “grupo parlamentar do PS terá de jogar ao ataque, de forma a não permitir que o Governo saia das cordas”.

No final do encontro, em declarações à Comunicação Social, António José Seguro referiu sentir-se “honrado” com a confiança expressa por Sócrates, adiantando que, durante o mês de Outubro, irá “finalizar um processo de reorganização do grupo parlamentar do PS”, incidindo sobretudo nos lugares de coordenação política, admitindo igualmente que as mudanças possam estender-se a lugares na direcção da bancada.

Seguro deixou claro que “nenhuma das posições individuais que foram tomadas por cada um dos deputados em relação ao congresso contará para o meu processo de reorganização”. Isso seria “intolerável”, declarou.

A PAREDE E A PORTA

Devagarinho, o que o senhor presidente da ERS fez foi abrir o debate sobre a privatização de hospitais. Como no velho adágio, quem numa parede põe uma porta, mais tarde ou mais cedo acabará por a querer abrir.

Em Portugal, nesta fase, todos são pelo Serviço Nacional de Saúde com pilares públicos essenciais. Se escrevo "nesta fase" é porque com o tempo tudo pode mudar e o caso dos hospitais pode ilustrá-lo.

Até certa altura, estes eram serviços públicos com gestão reconhecidamente ineficiente. Pensaram-se alternativas. Houve uma concessão, criou-se um modelo dito empresarial dentro do serviço público, ensaiado, como mandam as regras, num número restrito, no caso de novos hospitais.

Quanto à concessão, o único estudo disponível demonstra, pelo menos, que não é mais eficiente que um hospital público equivalente.

Quanto à experiência, esta foi abruptamente abortada e, sem ser avaliada, o PSD-PP criou os hospitais SA. Esclarecendo, evidentemente, que não tinha intenção de os privatizar.

Agora, o presidente da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), em entrevista ao "Diário Económico" (de 6 de Outubro), perguntado se os piores hospitais SA deviam ser privatizados, vem dizer que "nesta fase o compromisso é que continuem a ser hospitais públicos", mas na próxima legislatura o admitiria "só se a questão fosse submetida ao escrutínio popular". Ou seja, noutra fase, começando pelos piores...

Devagarinho, o que o senhor presidente da ERS fez foi abrir o debate sobre a privatização de hospitais. Como no velho adágio, quem numa parede põe uma porta, mais tarde ou mais cedo acabará por a querer abrir.



PAULO PEDROSO

Opinião

IV CONFERÊNCIA DA TSS DA UGT

SÓCRATES DENUNCIA FALTA DE AUTORIDADE DO PRIMEIRO-MINISTRO



O Governo está completamente "desordenado" porque "não há qualquer entendimento entre os ministros do PSD e do PP" e isto "explica-se pela falta de autoridade" de Pedro Santana Lopes.

A crítica ao Executivo deixada por José Sócrates na sua primeira intervenção perante militantes após o Congresso do PS marcou a sessão de encerramento da IV Conferência da Tendência Sindical Socialista (TSS) da União Geral de Trabalhadores (UGT).

Nesta ocasião, e depois de ter saudado a reeleição com ampla maioria de João Proença como secretário-geral da tendência, o líder socialista frisou que "a autoridade do primeiro-ministro só poderia provir da legitimidade de ter sido eleito pelos portugueses – o que não aconteceu –, ou de um dom especial de

capacidade para liderar equipas – coisa de que (Santana) não tem dado provas". "Este primeiro-ministro tem um problema de legitimidade e, consequentemente, uma problema também de autoridade, o que provoca uma total descoordenação no seu Governo", frisou ainda Sócrates.

A propósito do recente escândalo de censura de que foi alvo o comentador político Marcelo Rebelo de Sousa, o secretário-geral do PS acusou o Governo de estar a dar "espectáculo de enorme balbúrdia política" e é revelador das "profundas clivagens existentes no PSD, partido que tenta desesperadamente distarçá-las".

Antes de José Sócrates, também o secretário-geral da UGT, João Proença, se referiu ao caso da saída de Rebelo

de Sousa da TVI.

"Estamos perante um ataque dos poderes político e económico à liberdade de expressão. Penso que o Presidente da República deverá intervir, porque está em causa um dos pilares fundamentais do Estado democrático", sustentou o dirigente sindical.

Na sua intervenção do passado dia 8, Proença referiu que a acção dos governos de direita "está a ser dramática para os trabalhadores portugueses", tendo por isso apelado ao PS para dialogar construtivamente com a UGT, no sentido de reforçar um movimento sindical pluralista e independente, mas "claramente disponível para lutar na defesa dos direitos dos trabalhadores e ao serviço de Portugal".

MARY RODRIGUES

BREVES

FEDERAÇÕES

Perante a situação de "deriva" do Ministério da Educação "com proporções escandalosas no desenvolvimento do ensino público português", o **Secretariado da Federação do PS de Portalegre** emitiu um comunicado onde se solidariza com os "milhares de professores que aguardam com angústia a sua colocação", crítica a "leveza" e o "desrespeito" da ministra da tutela e acusa o Governo de ter fragilizado o ensino público na sua missão de garantir educação com qualidade para todos

O **PS/Algarve** vai empenhar-se na recolha de assinaturas para uma petição pública que demonstre à sociedade o repúdio face à decisão do Governo de introduzir portagens na Via do Infante.

Para os socialistas algarvios, "esta medida, a concretizar-se, será uma machadada profunda na economia regional".

Recordando que a Via Longitudinal do Algarve foi criada para resolver problemas de estrangulamento de tráfego na EN 125, a federação distrital algarvia do PS acusou Santana Lopes e a sua equipa governativa lesarem a economia e o turismo regionais.

CONCELHIAS

O **PS de Marco de Canaveses** exigiu a demissão imediata do presidente da câmara local, Avelino Ferreira Torres, afirmando que a sua participação como concorrente num "reality show" televisivo está a humilhar o concelho.

Segundo o líder da Concelhia socialista, Luís Almeida, a participação do autarca neste programa tem fins e interesses "meramente pessoais", e destina-se a "retocar" a sua imagem.

O **PS Abrantes** apelou à criação de uma "frente conjunta" dos

autarcas e dirigentes partidários dos concelhos prejudicados pela anunciada introdução de portagens nas Scut.

Categoricamente contra a proposta de instituir portagens na A23, a concelhia de Abrantes considera que essa decisão do Governo está a "prejudicar a capacidade de atracção do interior" do país.

A **Comissão Política Concelhia de Ourique do PS** denunciou, em nota de Imprensa, a "descontinuidade" no Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde local, que segundo explica, "tem causado sérios transtornos aos utentes", pelo que exige a reposição da normalidade.

Acréscimo ainda, que devido ao não funcionamento do SAP de Ourique, também o Serviço de Emergência Médica, auxiliado pela viatura de intervenção rápida, não dispõe de médico que lhe proporcione apoio para a sua acção, tornando-o inoperacional.

O **PS de Alcobaça** quer que a requalificação de São Martinho do Porto seja alvo de uma consulta popular, porque, considera, há outros "problemas mais básicos a resolver com urgência".

Acusando a autarquia local, de maioria PSD, de insistir em "obras de estética e de fachada", o presidente da Concelhia, Daniel Adrião, lembrou que "a vila tem uma série de carências, como a falta de um centro de saúde, a despoluição da praia, ainda não tem saneamento básico completo, o parque de campismo é ilegal e o estacionamento não é suficiente".

GRUPO PARLAMENTAR

O **presidente da bancada parlamentar socialista, António José Seguro**, recebeu, no passado dia 28 de Setembro, uma delegação da CGTP que lhe entregou um documento onde consta a política reivindicativa da central sindical e que chama a atenção para

"a necessidade de os trabalhadores recuperarem o poder de compra perdido nos últimos anos".

Seguro garantiu que o texto seria analisado, adiantando que tenciona agendar nova reunião com a CGTP após ter conhecimento da proposta de Orçamento de Estado.

A direita evidencia uma total insensibilidade para os problemas do ambiente e é "responsável pelo declínio do Dia Sem Carros", que no passado dia 22 de Setembro se cumpriu em 51 dos 308 municípios portugueses.

A denúncia partiu do **deputado socialista Pedro Silva Pereira**, para quem é "deplorável que o ministro do Ambiente permaneça em absoluto silêncio sobre aquela que devia ser, como sucedeu no passado, uma grande jornada de educação ambiental".

"Este silêncio é bem revelador da falta de empenho do Governo nesta iniciativa europeia e da sua insensibilidade para os problemas ambientais da circulação de automóveis nas cidades", declarou Silva Pereira.

AUTARQUIAS

O PS venceu com maioria absoluta a eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de S. Vicente do Pigeiro (Évora), realizadas no passado dia 26 de Setembro.

A **lista socialista** obteve 214 votos, contra 104 da candidatura da CDU, num universo de cerca de 380 eleitores.

Nas eleições, em que apenas concorreram socialistas e a coligação liderada pelos comunistas, foi eleito José Manuel Calado para presidente da junta de freguesia.

As eleições intercalares foram convocadas pelo governador civil de Évora, na sequência da demissão dos membros eleitos dos órgãos autárquicos da freguesia.

SECRETÁRIO-GERAL DESTACA UNIDADE INTERNA E APONTA BATERIAS CONTRA O GOVERNO

A unidade do PS, "verdadeira e genuína", porque construída na "diferença", na "pluralidade" e nascida de um "confronto democrático", foi realçada por José Sócrates na sua intervenção na Comissão Nacional, em que também destacou a apresentação de uma lista única para a Comissão Política como outro passo dessa mesma unidade.

Passado que foi o confronto interno, os combates viram-se agora para o exterior do partido, e centram-se nos adversários que são o Governo e a maioria parlamentar que o suporta.

Relativamente ao Executivo, o secretário-geral do PS sublinhou a sua "falta de legitimidade", que está patente, aliás, na sua "descoordenação" que deriva da "falta de autoridade" do primeiro-ministro que iniciou um novo estilo "dizer uma coisa hoje para se desdizer no dia seguinte".

No imediato, o combate político, apontou Sócrates, tem de fazer-se pela demonstração do falhanço económico destes dois anos e meio. Nesse sentido, o debate do Orçamento de Estado para 2005 será o momento privilegiado para confrontar o Governo com as promessas não cumpridas e as suas próprias contradições.

Segundo o secretário-geral do PS, o actual Governo desviou-se da consolidação das contas públicas – que tinha sido o cavalo de batalha de Durão Barroso – com o claro objectivo de "gerir o ciclo eleitoral". Outra contradição económica que Sócrates destacou refere-se ao facto do Governo de Durão Barroso ter definido como "vítima" o investimento público e a administração pública, enquanto agora com Santana Lopes as "vítimas" vão ser as classes médias, nomeadamente através do ataque aos benefícios fiscais.



Neste quadro político, o PS define como alvos prioritários na sua actuação imediata a falta de legitimidade e o estilo leviano do primeiro-ministro, a descoordenação que grassa no Governo e o falhanço das políticas económicas. O líder dos socialistas disse ainda que partirá para as próximas semanas com "optimismo, apesar das dificuldades", porque, adiantou, "sinto os portugueses a chamarem por nós e a quererem de novo o regresso do seu PS".

Entretanto, questionado pelos jornalistas à entrada para a reunião da Comissão Nacional, José Sócrates acusou o Governo de ter agido para silenciar Marcelo Rebelo de Sousa e exigiu um pedido de desculpas ao país do primeiro-ministro, Santana Lopes.

"Houve uma queixa do Governo que levou ao silêncio de um comentador, uma acção do Governo para reprimir uma livre crítica", disse, acrescentando: "Não me lembro de um episódio tão triste e que envergonhe tanto a democracia".

Moções sectoriais

Entretanto, por sugestão do presidente do PS, Almeida Santos, acolhida pela grande maioria da Comissão Nacional, foi eleita uma comissão presidida pelo camarada Vitalino Canas que ficou encarregue de fazer uma apreciação crítica das moções sectoriais apresentadas ao Congresso, as quais serão posteriormente analisadas em futura Comissão Nacional.

ELEITOS NOVOS ÓRGÃOS DO PS

A Comissão Nacional procedeu também à eleição dos restantes órgãos do partido (ver listas anexas).

A lista única para a Comissão Política, elaborada com base nos resultados percentuais do Congresso Nacional e composta por camaradas que subscreveram as duas moções em confronto, foi aprovada por 208 votos dos 250 efectivos da Comissão Nacional, tendo-se ainda registado 34 votos brancos e oito nulos.

No que respeita ao Secretariado

Nacional, num universo de 250 votantes, a lista apresentada por José Sócrates obteve 204 votos a favor, tendo-se registado 35 votos brancos e 11 nulos. Por sua vez, a Mesa da Comissão Nacional recolheu 232 votos, tendo-se registado 16 votos brancos e dois nulos. Integram este órgão os camaradas Almeida Santos (presidente), Joaquim Barreto e Amélia Antunes (vice-presidentes) e Maria do Carmo Sequeira, José Leitão e Nélson Carvalho (secretários).

Para director do "Acção Socialista" foi

reeleito Augusto Santos Silva, que também vai passar a dirigir a revista "Portugal Socialista".

Esta eleição foi igualmente aprovada pela grande maioria dos dirigentes do PS, obtendo 220 votos favoráveis, 27 brancos e três nulos no primeiro caso, e 210 votos favoráveis, 31 brancos e nove nulos no segundo caso.

O camarada Fernando Valle foi eleito presidente honorário do PS, numa votação em que recolheu 246 votos favoráveis e quatro brancos.

CONSELHO COORDENADOR DO FÓRUM "NOVAS FRONTEIRAS"

O grupo de militantes socialistas que tem por incumbência coordenar e dinamizar o Fórum "Novas Fronteiras", o novo espaço de debate e participação, foi anunciado durante a Comissão

Nacional. Jaime Gama, António Vitorino, Sérgio Sousa Pinto, Maria João Rodrigues e Augusto Santos Silva são os cinco camaradas que integram o Conselho Coordenador.

Oportunamente o PS divulgará os nomes dos cinco independentes que conosco irão trabalhar na procura de novas soluções e propostas para um futuro Governo de Portugal.

SECRETARIADO NACIONAL

Secretários nacionais



Ana Paula Vitorino



Idália Moniz



Marcos Perestrelo



António Costa



Jorge Coelho



Pedro Silva Pereira



Carlos Lage



José Lello



Vieira da Silva



Edite Estrela



Luís Amado

Secretários nacionais por inerência



Carlos César
PS/Açores



Jacinto Serrão
PS/Madeira



Pedro Nuno Santos
JS



Sónia Fertuzinhos
DMPS

Secretários nacionais adjuntos



Ascenso Simões



Fernando Serrasqueiro

LISTA DE EFFECTIVOS DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Alberto Costa
Alberto Martins
Alberto Souto
Ana Catarina Mendes
Ángela Pinto Correia
António Braga
António Campos
António Magalhães
António Marques Júnior
António Reis
António Vitorino
Armando Vara
Capoulas Santos
Carlos Zorrinho
Castro Fernandes
Celeste Correia
Custódia Fernandes
Eduardo Cabrita
Eurídice Pereira
Fernanda Assesqueira
Francisco Assis
Helena Roseta
Isabel Oneto
Isabel Sena Lino
Jaime Gama
Jamila Madeira
João Cravinho
Joaquim Pina Moura
Joaquim Raposo
Jorge Lação
José Apolinário
José Augusto Carvalho
José Contente

José Junqueiro
José Lamego
José Medeiros Ferreira
José Miguel Medeiros
José Mota
José Vera Jardim
Júlio Miranda Calha
Laurentino Dias
Leonor Coutinho
Luís Ameixa
Manuel Alegre
Manuel Maria Carrilho
Maria Amélia Antunes
Maria Antónia Almeida Santos
Maria Carrilho
Maria da Luz Rosinha
Maria de Belém Roseira
Maria do Carmo Sequeira
Maria Helena André
Mário de Almeida
Marta Rebelo
Mesquita Machado
Miguel Coelho
Mota Andrade
Orlando Gaspar
Oswaldo Castro
Rosa Albernaz
Rosalina Martins
Rui Soalheiro
Sérgio Sousa Pinto
Victor Baptista
Vitalino Canas

EURODEPUTADOS INTERROGAM MEMBROS DESIGNADOS

ANTÓNIO COSTA PROPÕE CHUMBO DE COMISSÁRIO PARA JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS

O presidente da delegação socialista portuguesa e membro da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu, António Costa, fez uma apreciação extremamente negativa do comissário italiano Rocco Buttiglione, indicado para a Justiça e Assuntos Internos, tendo afirmado que irá propor ao Grupo Socialista que seja "chumbado".

Para justificar a sua posição, António Costa referiu as posições polémicas a vários títulos do comissário, que ainda é ministro dos Assuntos Europeus do Governo de Berlusconi, sobretudo as que iam contra as orientações e as políticas da União Europeia no âmbito da Justiça e dos Assuntos Internos.

Segundo o eurodeputado, o comissário para a Justiça e Assuntos Internos "não pode ser um membro do Governo de



Berlusconi, que procurou travar a criação do espaço de liberdade, segurança e justiça", disse, recordando as dificuldades então colocadas à adopção de um mandado de captura europeu. O comissário foi também muito criticado por ter proposto a criação de campos para deportação de refugiados e pelas suas posições radicalmente conservadoras quanto à homossexualidade.

Também os eurodeputados Edite Estrela, Jamila Madeira e Emanuel Jardim Fernandes questionaram alguns dos comissários indigitados. Edite Estrela perante o comissário para os Assuntos Sociais e Igualdade de Género, Vladimir Stidla, quis saber como irão ser utilizados os Fundos Estruturais para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Jamila Madeira, por sua vez, confrontou

a comissária para a Política Regional, Danuta Hubner, com a necessidade de utilização de outros critérios de avaliação do desenvolvimento das regiões da União que não apenas a da riqueza média, apontando os índices de desenvolvimento das Nações Unidas e da articulação de referências como a riqueza produzida, o conhecimento, a educação, a saúde e a qualidade de vida.

Também o eurodeputado madeirense Emanuel Jardim Fernandes quis saber que orientações a comissária Danuta Hubner irá adoptar nas estratégias para o desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas, se são ou não baseadas na convergência, competitividade e acessibilidade, bem como no apoio à acção de compensação de sobrecustos decorrentes dos condicionalismos específicos das ultraperiferias. **P.P.**

JAMILA MADEIRA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO EURO-MEDITERRÂNICA



A eurodeputada socialista Jamila Madeira foi eleita, por unanimidade, vice-presidente da Comissão Económica, Financeira, dos Assuntos Sociais e da Educação da Assembleia Parlamentar Euro-mediterrânica (APEM), órgão que tem por missão dinamizar as relações entre a União Europeia e os países da bacia mediterrânica.

Este fórum de discussão e estreitamento de relações criado em 1998, sob a forma de um Fórum Parlamentar Euro-mediterrânico, no seguimento do Processo de Barcelona de 1995, foi criado com o objectivo de contribuir para o estabelecimento de uma zona de paz e de estabilidade baseada no respeito pelos direitos fundamentais, incentivar uma zona de prosperidade comum e melhorar o entendimento mútuo entre os povos da região.

Em 2003, aquela Comissão tomou a forma de Assembleia Parlamentar, o que constituiu um passo decisivo para a institucionalização e o reforço da dimensão parlamentar da parceria com os países do mediterrâneo. A APEM adopta resoluções e faz recomendações com vista ao reforço da parceria entre as duas regiões, procurando assegurar, muito particularmente, o acompanhamento da aplicação dos acordos de associação euro-mediterrânicos.

Entretanto, a eurodeputada anunciou que irá fazer as diligências necessárias para criar um intergrupo sobre Turismo no Parlamento Europeu. Jamila Madeira manifestou esta intenção durante um encontro promovido pela Associação dos Hotéis, Restaurante e Cafés da Europa, para assinalar o Dia Mundial do Turismo.

PAULO CASACA

PS ACUSA JARDIM DE USAR INDEVIDAMENTE FUNDOS COMUNITÁRIOS PARA FINS PARTIDÁRIOS

O Governo Regional da Madeira está a usar os fundos comunitários para fins partidários, acusou o eurodeputado Paulo Casaca, membro da Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu, durante um encontro com deputados socialistas europeus onde se discutiu "O desafio das Regiões Ultraperiféricas na União Europeia", que se realizou no Funchal nos passados dias 23 e 24 de Setembro e em que participaram representantes das Canárias e de Cabo Verde.

Em virtude da utilização indevida dos fundos comunitários, o PS vai apresentar queixa contra João Jardim, o presidente do Governo Regional da Madeira, já que aquele tipo de comportamento, para Paulo Casaca, "colide com os princípios da boa gestão dos fundos comunitários que se destinam ao desenvolvimento

regional e não podem ser usados para fins partidários".

O processo que o Partido Socialista enviará ao presidente da Comissão Europeia, com conhecimento à Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu, contém um conjunto de documentos que comprovam o motivo da queixa e ainda registos das participações do presidente do Governo Regional em actos oficiais em que os deveres de neutralidade e imparcialidade são violados e chocam com as recomendações da Comissão Nacional de Eleições.

Nas conclusões do encontro refere-se que as regiões ultraperiféricas devem ter em conta a necessidade de promover uma maior cooperação e complementaridade com os países de África, Caraíbas e

Pacífico no campo das trocas comerciais, do alargamento do mercado de cada uma delas, da formação e do turismo.

Também o eurodeputado Emanuel Jardim Fernandes, da Madeira revelou que os presentes no encontro decidiram reforçar a coordenação estratégica para que possam beneficiar de forma eficaz dos recursos comunitários, tal como previsto nos Tratados.

O eurodeputado chamou também a atenção para a abertura já manifestada pela nova Comissão Europeia para manter e reforçar os mecanismos de apoio às ultraperiferias, no âmbito da reforma das políticas de coesão e dos mecanismos específicos de compensação àquelas regiões, que estão em clara desvantagem em relação aos territórios continentais.

EDITE ESTRELA

COMISSÃO QUESTIONADA SOBRE NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PORTUGUESES NA UNIÃO

A eurodeputada Edite Estrela pretende saber quantos funcionários portugueses estão em desempenho de funções nos diferentes serviços das instituições comunitárias, de forma a averiguar se Portugal está ou não a ser prejudicado no preenchimento dos lugares.

Numa pergunta dirigida à Comissão Europeia, Edite Estrela refere que com o alargamento da União a política de recrutamento de funcionários sofreu algumas alterações, passando a privilegiar-se a admissão de pessoas oriundas dos novos

Estados-membros.

A pertinência desta questão prende-se com o facto de haver muitas listas de reserva que estão a ser anuladas e de continuar a verificar-se a contratação de agentes, em detrimento dos candidatos que fizeram os seus testes, com tudo quanto isso implica de esforço e de expectativas agora inúteis. Além disso, os funcionários portugueses têm estado, no passado, em número inferior ao das possibilidades de ocupação de lugares existentes.

Assim, para se averiguar se o número de

funcionários portugueses é proporcional à dimensão do país e não está a ser desfavorecido em relação a outros Estados-membros, Edite Estrela pretende saber qual o número de funcionários e de agentes de nacionalidade portuguesa em desempenho de funções nos vários sectores das instituições comunitárias.

A eurodeputada pretende também ser esclarecida sobre qual a explicação para haver uma preferência por agentes em detrimento de funcionários, cujas exigências a nível das competências são mais rigorosas.

TAXAS MODERADORAS E TAXAS FINANCIADORAS NA SAÚDE

Portugal adoptou, há 25 anos, um sistema de saúde que serve a totalidade da população, independentemente da sua profissão, residência, idade, sexo, raça, religião, o qual é quase exclusivamente financiado por impostos e é gratuito ou quase gratuito no ponto de encontro do utente com o sistema de saúde. A este tipo de sistema chama-se Serviço Nacional de Saúde (SNS). O SNS está consagrado na Constituição como universal, geral e tendencialmente gratuito. Além disso, a Constituição ordena que ele seja gerido de forma descentralizada e participada. O SNS, ao longo dos seus 25 anos de existência, foi o maior equalizador social jamais criado em Portugal e tem uma história de enorme sucesso.

Sem o SNS não teria havido centros de saúde em todos os concelhos, não haveria dinheiro para pagar os meios de diagnóstico convencionados, os medicamentosos comparticipados, nem hospitais distritais confortáveis e acessíveis, moderna tecnologia, ambulâncias e urgências, hemodiálise gratuita em todo o País. Sem o SNS não teria havido carreiras, sem carreiras não haveria clínicos gerais nos distritos e concelhos do interior, não teria havido especialistas e enfermeiros bem treinados. Sem o SNS a mortalidade infantil, a materna, a perinatal, a juvenil e a atribuível a doenças transmissíveis não teriam regredido tão rapidamente para valores que nos inseriram na Europa, a esperança de vida não teria aumentado, tão depressa, em mais seis anos, as assimetrias regionais não se teriam diluído.

Claro que tudo isto custou dinheiro e nem sempre ele foi utilizado como devia. Os gastos públicos em saúde passaram de 3,6 para 6,4 por cento do PIB, entre 1980 e 2000. O Ministério da Saúde subiu de 10 mil funcionários, em 1968, para 115 mil em 2001. Ao crescer a máquina pública aumentou o poder dos seus actores internos: burocratas, prestadores, fornecedores, mediadores e comunicadores, deixando os utilizadores quase sem voz. Organizaram-se ordens, sindicatos de profissionais, especialistas e generalistas, associações de fornecedores. Ao longo de 25 anos o modelo institucional permaneceu imutável, bem como o estatuto de pessoal, o regime financeiro, de obras e de aquisições. Com recursos crescentes, as ineficiências eram disfarçadas.

Quando se chega aos anos de restrição financeira, a primeira tentação de um governo que fez parar a economia é obrigar os doentes a pagar uma parte do que gastam. Chamam a isto o "utilizador-pagador", como se os hospitais fossem auto-estradas com vias alternativas. Argumentam com uma pretensa justiça social: os mais ricos deveriam pagar mais que os menos ricos. Só que a forma de distinguir os doentes por classe de rendimento não é fácil, baseia-se apenas nas declarações fiscais e estas estão muito longe da verdade. Todos sabemos que as profissões liberais, as empresas, os artesãos que nos reparam os electrodomésticos, os que vivem da especulação financeira e muitos empresários pagam muito menos impostos, proporcionalmente aos seus rendimentos, que os empregados por conta de outrem, ou os funcionários públicos. Viu-se isso há anos, quando o valor das propinas do ensino superior era proporcional aos rendimentos fiscais declarados.

Acresce que os que já pagam impostos honradamente, ou seja, um vasto número de portugueses que constituem a classe média, incluindo a alta e a baixa, fazem-no na perspectiva de que a receita fiscal financie a saúde e educação, a cultura, a investigação científica, o desporto, o ambiente, o património, a segurança, as forças armadas, as infra-estruturas, tudo o que um Estado moderno necessita para progredir. Obrigá-los a pagar cuidados de saúde na proporção dos impostos seria forçá-los a pagar duas vezes. Acresce que o custo de algumas doenças graves é tão elevado que mesmo a classe média alta não teria dinheiro para pagar

uma percentagem, por exemplo 20 por cento, de uma cirurgia cardíaca, de um tratamento de cancro, de uma doença mental prolongada ou de uma infecção por hepatite ou por sida

Mas se tal acontecesse, obrigados a pagar uma porção no ponto de encontro com o sistema de saúde, os cidadãos mais prevenidos, muitas vezes os mais ricos, contratariam um seguro privado para pagar essa porção, conduzindo os hospitais a um tratamento diferenciado dos que pagam melhor, ou mais depressa, em detrimento dos que se atrasassem na sua percentagem, ou dos que nada pagassem por serem pobres. Duas portas, dois tratamentos, dois confortos, dois estilos de acolhimento, ou seja, a violação da igualdade. Na base da lei actual, os que transferissem para um seguro privado de saúde uma parte do seu risco de saúde veriam os seus impostos beneficiados com isenções fiscais proporcionais à sua colecta, ou seja, acabavam por beneficiar mais que aqueles que perdessem os papéis ou que sendo mais pobres não pagassem imposto.

Um outro argumento importante: se os que pagam mais imposto pagassem uma porção maior dos gastos individuais de saúde certamente não estariam sempre



ANTÓNIO CORREIA DE CAMPOS

Taxas financiadoras diferenciadas parecem uma solução justa, mas acabam por ser uma medida demagógica e destruidora do princípio da igualdade dos cidadãos no tratamento da doença pelo SNS.

atentos ao calendário de vacinas dos seus filhos, às consultas antes e depois do parto e reclamariam contra a gratuidade da assistência aos doentes tuberculosos, ou com sida. Ora há vantagens para toda a sociedade em que as doenças transmissíveis sejam tratadas de graça, a todos por igual: um benefício para o meu vizinho acaba por me beneficiar também, pois tenho menos risco de contágio quando todos os doentes são tratados por igual, que quando só alguns, os mais pobres e os mais ricos quando se tratam.

Taxas financiadoras diferenciadas parecem uma solução justa, mas acabam por ser uma medida demagógica e destruidora do princípio da igualdade dos cidadãos no tratamento da doença pelo SNS.

Coisa diferente são as taxas moderadoras que visam orientar ou disciplinar a procura desnecessária, como seriam a repetição abusiva de consultas de meios de diagnóstico e medicamentos, o recurso por tudo e por nada a exames de custo desajustado em relação à doença, como seria fazer um TAC ou um exame de Ressonância Magnética por uma simples dor de cabeça; ou quando se recorre a um especialista ou a uma urgência, bastando recorrer ao médico de família ou ao sistema telefónico Saúde 24, para doenças passageiras de crianças. Aí sim, justificar-se-ia que, com as isenções defendidas por lei, toda a gente pagasse taxa moderadora, mas por igual.

Em conclusão, sim às taxas moderadoras, não às taxas financiadoras diferenciadas.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PS/MADEIRA

POR UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Uma “nova visão estratégica” que faça da Madeira uma região “mais moderna, competitiva e solidária, fundada na qualidade dos seus recursos humanos e apostada no desenvolvimento sustentável” é o que o PS propõe no seu programa de governo de “alternativa democrática” aos madeirenses. Para as eleições de 17 de Outubro os socialistas apresentam aos sufrágio “uma nova geração de políticas” capazes de gerar o “sobressalto cívico” de que a região necessita.

Também na Madeira “as pessoas e o conhecimento, as actividades económicas, o ambiente e a coesão social são as prioridades das prioridades”. A aposta total é na educação que deve ser articulada com a formação, com a ciência e com a cultura, evidenciando-se assim a “prioridade absoluta às pessoas e à sua valorização”.

A visão estratégica do PS/Madeira valoriza, nomeadamente, o fortalecimento da economia pelo recurso à “inovação empresarial”, pela promoção do desenvolvimento de “capacidade estruturante e integradora do turismo”, alargando este sector económico, às actividades culturais, industriais e de comércio e o relacionamento, em moldes modernos, da chamada “economia do mar”.

A meta estabelecida como “grande desígnio da região” é a convergência com os níveis educativos dos países europeus com maiores qualificações e proporcionar aos madeirenses “uma formação científica e técnica à altura das exigências do século XXI”.

Para este desiderato, um governo socialista terá como linha de orientação “reforçar a base educativa da população, proporcionar oportunidades de formação ao longo da vida, parar o escândalo do abandono escolar, que assume uma situação de emergência e como tal deve ser combatido”.

Outro dos compromissos de uma governação socialista é a “prioridade à coesão social e ao combate à pobreza e a todas as formas de exclusão”. Numa região que “tem seis concelhos entre os 20 mais pobres de Portugal”, tal sinal constitui “um sinal preocupante de falta de progresso social e de desigualdade”. Para os socialistas madeirenses, a luta contra a pobreza, a ser directamente tutelada pelo presidente do Governo Regional, deve ser objecto de um programa, para que “a sua natureza prioritária fique claramente estabelecida e seja fonte de preocupação de toda a acção governativa”, de forma a ultrapassar em tempo útil os bloqueios burocráticos e institucionais e proporcionar uma “coordenação eficaz

e com autoridade hierárquica”, que mobilize “parcerias institucionais e da sociedade civil”.

No plano político, o PS atribui prioridade à revisão eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional e à reformulação do sistema de governo dos órgãos das autarquias locais, no sentido do reforço da estabilidade do seu funcionamento, da personalização do voto e da aproximação dos eleitos aos eleitores.

Por outro lado, o PS/Madeira propõe-se também a encetar uma nova forma de governação assente “numa nova relação da administração regional com o cidadão”.

Assim, os objectivos ambiciosos fixados pelos socialistas para a Madeira e Porto Santo serão viáveis num quadro de acção onde as políticas públicas desempenham um papel essencial”.

O papel do Estado, na visão do PS/Madeira para a região pauta-se por “uma intervenção do Estado reequacionada, moderna e eficaz, fundamental para que os cidadãos encontrem respostas para os seus problemas e para que o potencial de crescimento e inovação das sociedades se afirme em compatibilidade com a regulação proporcionada pelos mercados”.

Consequentemente, um governo do PS/Madeira avançará para “uma reforma da Administração Regional envolvendo maior autonomia e responsabilização dos dirigentes, flexibilização dos modelos organizacionais adoptados pelos serviços e institutos e generalização de uma cultura de avaliação e mérito”.

Saliando que “a competitividade contém uma dimensão decisiva social e ambiental”, o PS/Madeira defende no seu programa que “importa, no futuro próximo, crescer mais, crescer com estímulos diferentes, crescer com solidariedade”, assumindo como ambição “a de apontar para a região o caminho dos territórios europeus que elevaram, notavelmente, o seu nível de desenvolvimento humano a partir de posições competitivas adquiridas e fortes modelos de coesão social”.



Uma democracia com mais qualidade

Um governo do PS colocará também na agenda política a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que terá como princípios fundamentais “a necessidade de rigor na governação”, “a afirmação de princípios de estabilidade e transparência nas relações financeiras entre a República e as Regiões Autónomas” e a “regulamentação dos projectos de interesse comum previstos na Lei, cobrindo os investimentos executados na Madeira com características de projectos nacionais”.

No domínio fiscal, o modelo social europeu corresponde àquilo que o PS quer ver implementado na Madeira, propondo “o alargamento da base tributária e contributiva que é essencial para a prossecução de um modelo de desenvolvimento competitivo e solidário”. Neste quadro, o documento aponta “a luta contra a fraude e a evasão fiscal” como uma prioridade.

“Uma democracia com mais qualidade”, pressupõe no entender dos socialistas

“um novo enquadramento estratégico para imprensa, a rádio e a televisão que pretende, por um lado, a fixação de princípios de funcionamento e regulação e, por outro, combater as restrições à liberdade de informação e de opinião e os abusos de situações monopolistas nos meios de comunicação social”.

Modelo do betão esgotado

O documento socialista procede também à análise do modelo de desenvolvimento implementado na região nas últimas décadas, e critica as “opções erradas”, que deram aso a “factores de bloqueio e esgotamento muito fortes”.

Para o PS, “uma opção continuada por túneis, pontes e acessos rápidos, em vez da aposta em recursos humanos, qualificações e competências” teve como consequência que “a maior fragilidade” da sociedade madeirense seja “a qualificação das pessoas”. É que, refere o programa de governo do PS, “a prossecução de uma política de desenvolvimento, apostada quase exclusivamente no “betão”, que se

mostrou rentável na formação de clientelas que gravitam em torno do poder instalado, resultou na criação de profundas assimetrias, no seio da sociedade madeirense e na exclusão, de uma parte da população, da dinâmica de desenvolvimento”. Mas, sobretudo, “retirou sustentabilidade ao processo de desenvolvimento e diminuiu o potencial de crescimento a prazo da região”.

Além destas “fragilidades e contradições”, o PS-Madeira considera que o modelo político implementado “se fez ao arripio de são princípios de vivência democrática”. Com efeito, o documento sublinha que “a experiência madeirense mostra que os processos de autonomia e crescimento sendo condições necessárias não são condições suficientes de democracia e desenvolvimento”. Neste contexto, vincam os socialistas madeirenses, assiste-se hoje a um “bloqueio dos factores que dinamizaram o modelo económico-social implementando uma economia estatizante e uma sociedade civil apática, enredada na teia e sem meios ou capacidade estratégica autónoma”.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PS/AÇORES

CONTINUAR A MUDAR A REGIÃO PARA MELHOR

Construir nos Açores uma sociedade coesa, com melhores níveis de bem-estar, assente num crescimento económico sustentável, na base de um contrato com todos os açorianos, é o objectivo central do programa de governo do PS, cuja elaboração contou com a participação de centenas de personalidades sem filiação partidária.

De forma a premiar a ultraperiferia dos Açores e o facto de ser a região mais jovem do país, os socialistas apostam na boa captação de fundos comunitários e na capacidade empreendedora dos jovens. Aprofundar o trabalho desenvolvido nos últimos oito anos pelo Governo de Carlos César segundo a ideia de que "o estímulo na solidariedade não é inconciliável com o crescimento económico e muito menos com uma sociedade mais dinâmica, mais competitiva e mais inovadora" é um dos vectores principais do programa de governo onde a valorização das pessoas é erigido a princípio "central e inalienável".

PS/Açores propõe-se "continuar a desenvolver uma estratégia forte para a produtividade, o crescimento e a empregabilidade, associada à promoção da inserção profissional de qualidade como elemento central de um conjunto de políticas de inserção e de progresso social alicerçado na sustentabilidade económica".

Neste quadro, o PS propõe no seu programa a criação de um Fundo de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, "cuja estruturação está já em curso e que começará a funcionar em 2005, agrupando parte das funções do actual Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, entre as quais a de assegurar que os bens e serviços essenciais tenham o mesmo preço em todas as ilhas".

O PS/Açores pretende também "fomentar o estabelecimento de parcerias público-privadas e a gestão de participações no capital social de empresas, segundo critérios absolutamente transparentes, a propor à Assembleia Legislativa Regional".

Segundo o programa de governo do PS, é necessário "melhorar o investimento nas políticas de emprego, promovendo colectiva e individualmente a valorização das pessoas como eixo central da promoção da justiça e da coesão sociais e do bom funcionamento da economia". Assim, as políticas de emprego estarão no "cerne de um leque de mecanismos, dispositivos e acções de integração social e de novas abordagens na criação e distribuição de riqueza", visando aumentar os níveis de bem-estar e promover a coesão social.

Para "manter e acentuar" o crescimento económico registado nos últimos anos,

impõe-se, segundo o programa de governo do PS, "reforçar o investimento produtivo e não abandonar os esforços, que são fundamentais, na formação profissional, na educação e na sociedade do conhecimento e da informação".

Referindo ser necessário "fomentar o investimento privado, concentrando recursos nos projectos com maior retorno no produto e na produtividade por posto de trabalho", o PS/Açores considera prioritário "estimular a criação de novos serviços, a integração de novas tecnologias e a qualidade dos serviços prestados".

No que respeita ao quadro político, os socialistas açorianos pretendem "aproveitar os poderes resultantes da última revisão constitucional", para levar a cabo "uma reforma autónoma da administração pública da região, conjugando a informatização em curso com uma nova atitude, organizando e mobilizando o funcionalismo para a eficiência e para a celeridade de procedimentos".

Conhecidas as dificuldades do arquipélago, o futuro Governo Regional vai apostar no facto de ser a região mais jovem do país. Assim se compreende que se potencie e incentive os mais jovens e a sua capacidade empreendedora, "apoando projectos de auto-emprego, promovendo a criação de novas empresas



e possibilitando, junto dos principais centros de formação profissional, a geração de ninhos de empresas".

O programa de governo refere ainda que a gestão fiscal e orçamental "estará mais activamente ao serviço da coesão social e territorial e da cooperação institucional". Os socialistas açorianos dão também "especial atenção" à captação do investimento externo, "prossequindo a diversificação e a expansão da base económica de exportação", bem como o "reforço dos sectores tradicionais produtivos, com especial relevância para as fileiras do leite, da carne e das pescas, intensificando, também, a política de crescimento e consolidação de todas as actividades correlacionadas com o turismo".

Mais e melhor autonomia

No plano político, o PS/Açores, no

documento com que se apresenta a escrutínio no próximo dia 17 propõe atribuir "prioridade na Assembleia Legislativa Regional a uma minuciosa revisão do estatuto político-administrativo da região e do sistema eleitoral" da região autónoma, garantindo-se assim mais e melhor autonomia.

O PS defende também a revisão do elenco de competências da região, de forma a clarificar, aprofundar e alargar o "núcleo de matérias sobre as quais se poderão estabelecer soluções normativas diferentes das seguidas no restante território nacional".

A revisão do sistema eleitoral regional assume, nesse âmbito, "a importância de verdadeira pedra angular". Segundo o programa de governo, "a melhoria da proporcionalidade do nosso sistema, garantida a representatividade de cada ilha, é possível e o PS/Açores já o provou".

Neste quadro, o PS assume o compro-

misso de, nos primeiros três meses da próxima legislatura, apresentar, em sede de Assembleia Legislativa Regional, propostas que materializem as alterações que a melhoria do sistema autónómico exige, de acordo com a fórmula "Mais e Melhor Autonomia", essencial para continuar a mudar os Açores para melhor".

O PS considera ainda que "quer nas áreas da saúde e assuntos sociais, quer na área da economia, quer, ainda, na área da educação, as novas possibilidades criadas permitem a adopção de soluções diferenciadas em relação ao restante território nacional, aspecto de importância fundamental para uma melhor adequação e mais eficaz conformação legislativa da nossa autonomia".

Quanto às relações dos Açores com o exterior, "o relacionamento com a União Europeia tem uma importância determinante" para a região.

Por isso, propõe como objectivos "melhorar a eficácia da região na resposta às questões europeias através de um continuado esforço de informação e de influência junto das instituições e opiniões públicas europeias" e "reforçar a cooperação dos Açores com as regiões ultraperiféricas, com os países e regiões que constituem a Macaronésia e com todas as organizações da União Europeia a que, por direito próprio, a Região Autónoma dos Açores tem acesso".

Por outro lado, o PS quer ainda "aprofundar a cooperação com os Estados Unidos da América, designadamente no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa e com o Canadá, especialmente nos estados e províncias onde as diversas comunidades açorianas têm maior implantação" e "manter e diversificar a cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa e com os Estados do Brasil, onde as comunidades açorianas têm maior representatividade".



O PS saiu do congresso de Guimarães mais forte, mais unido, com a sua identidade reforçada e com a ambição de ser uma alternativa capaz de afirmar um projecto de futuro para Portugal.

DECLARAÇÃO DE SANTANA LOPES É PURO ACTO DE PROPAGANDA

Para o PS a declaração ao país do primeiro-ministro da passada segunda-feira é "característica de um Governo frágil e sem norte". Segundo Guilherme d'Oliveira Martins, "a obsessiva afirmação da estabilidade da coligação apenas confirma os sinais evidente de insegurança, falta de coordenação e orientação estratégica na governação do país".

Reagindo a partir da sede nacional do Largo do Rato ao "inédito tempo de antena do Governo transmitido à hora do Telejornal", o vice-presidente da bancada socialista afirmou estarmos

perante o segundo anúncio da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2005, havendo uma "contradição evidente entre o que foi dito há dias pelo ministro das Finanças e o que hoje foi confirmado pelo primeiro-ministro". Recordou então, Guilherme d'Oliveira Martins que enquanto Santana Lopes promete baixar impostos Bagão Félix havia dito que tal não era possível. Ou seja, segundo o deputado socialista, "mantém-se o estilo do Governo: dizer num dia e desdizer no outro".

Mas para o PS, à questão essencial o primeiro-ministro não responde. E a



questão essencial é, segundo o ex-ministro das Finanças socialista, saber "se vai haver cortes nos benefícios fiscais para os Planos Poupança, os PPR e as contas Poupança Habitação, como foi anunciado, e se vai haver pagamento pelos portugueses dos serviços públicos, em especial na saúde". E conclui que "se isso se confirmar tratar-se-á do maior ataque à classe média de que há memória". Por outro lado, Oliveira Martins sublinhou ainda que a divulgação da proposta do OE é feita pela primeira vez fora do Parlamento "sem mostrar um

número e sem possibilidade de haver uma análise serena e rigorosa", o que considerou "absolutamente inaceitável".

Vincando a ideia de que a Assembleia da República terá a última palavra e que o PS não deixará de analisar em pormenor tudo aquilo que "agora não foi revelado", o deputado socialista chamou a atenção para o facto de que a declaração de Santana Lopes não ser mais do que "um acto de propaganda" reveladora de uma "obsessão eleitoralista" por se estar em vésperas das regionais dos Açores e Madeira.

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt/accacao